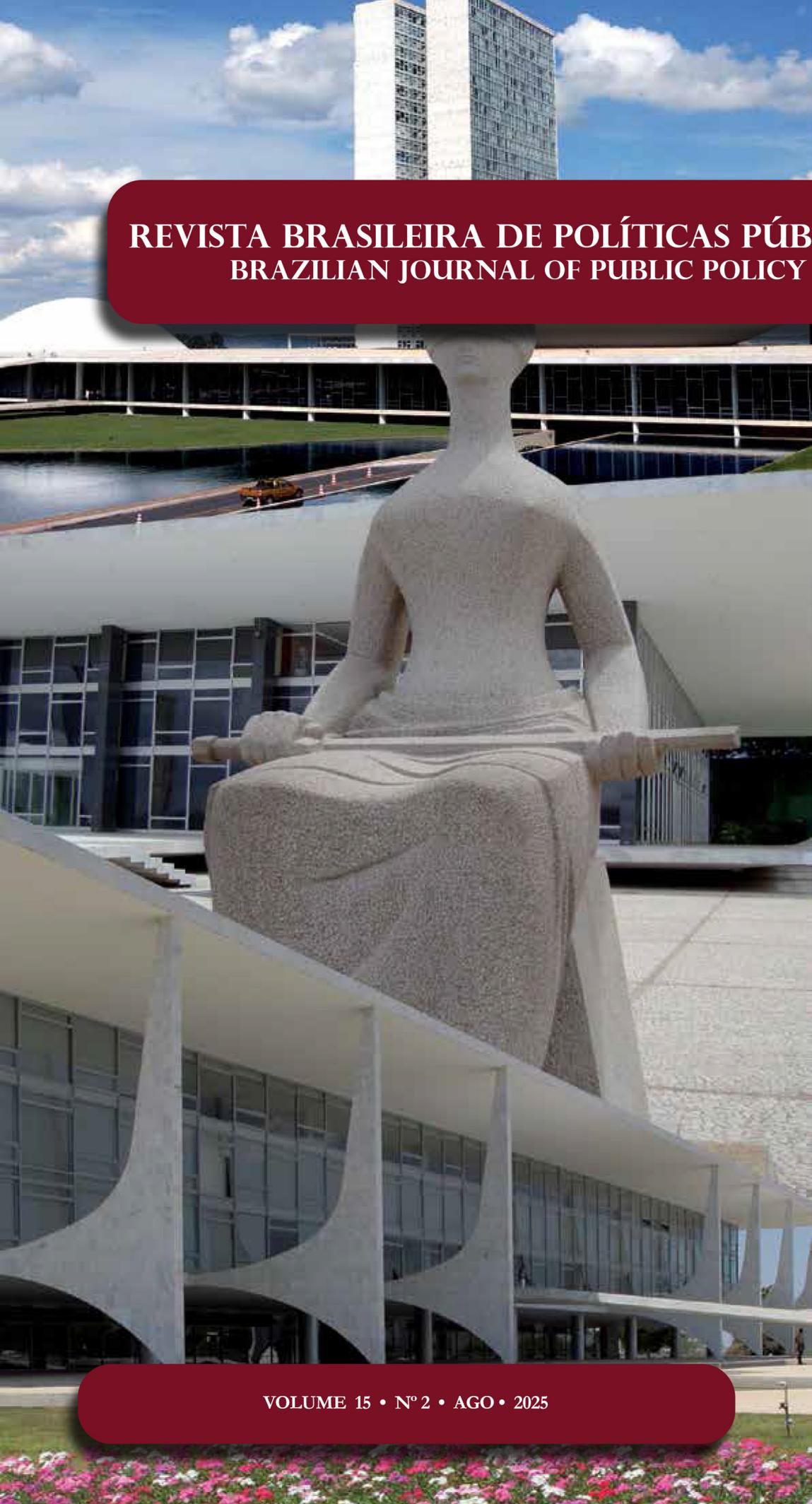


The logo for CEUB (Centro Universitário de Brasília) features the letters 'CEUB' in a bold, white, sans-serif font. The letter 'B' is stylized with a vertical line through its center, resembling a Greek letter beta.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

ISSN 2236-1677

The cover image shows a large, white, seated female statue in the foreground, holding a book. In the background, there is a modern building with a glass facade and a tall, white, rectangular tower. The sky is blue with some clouds. The entire cover has a dark red background with a subtle, repeating pattern of stylized floral or scrollwork motifs.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
BRAZILIAN JOURNAL OF PUBLIC POLICY

**Violência conjugal e a incidência
de controle coercitivo entre
casais heterossexuais**

**Couple violence and the
incidence of coercive control
among heterosexual couples**

Julio Cesar de Aguiar

Kettily Ingrid de Queiroz

VOLUME 15 • Nº 2 • AGO • 2025

Sumário

SEÇÃO 1 – JUSTIÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E SEGURANÇA PÚBLICA	20
FATORES DE RISCO DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E DA LGPD NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE ESTADO.....	22
Márcio da Mota Ribeiro, Rafael Rabelo Nunes, William Ferreira Giozza e Alexandre Veronese	
JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL À LUZ DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA COMARCA DE MOSSORÓ-RN.....	50
Manoel Matias de Carvalho Neto, Lúcio Romero Marinho Pereira e José Albenes Bezerra Júnior	
O ESTADO E SEUS INIMIGOS: AUTORITARISMO, ESTADO DE EXCEÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO DOS SISTEMAS PENAIIS NOS ESTADOS DE DIREITO	71
Isadora Ribeiro Correa, Marcos César Botelho e Luiz Fernando Kazmierczak	
POLÍTICA CRIMINAL E POLÍTICA PÚBLICA NO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO SIMBÓLICA: O CASO DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE BRASILEIRA	87
Ícaro Melo dos Santos, Nélia Mara Fleury e Bartira Macedo de Miranda	
A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL	105
Márcio de Oliveira, Débora Napoleão de Sena e Reginaldo Peixoto	
VIOLÊNCIA CONJUGAL E A INCIDÊNCIA DE CONTROLE COERCITIVO ENTRE CASAIS HETEROSSEXUAIS	125
Julio Cesar de Aguiar e Kettily Ingrid de Queiroz	
SILÊNCIO ESTRIDENTE: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E O PODER TRANSFORMADOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES.....	165
Jessica Feitosa Ferreira, Rogério Roberto Gonçalves de Abreu, Ana Carolina Gondim de Albuquerque Oliveira e Paulo Henrique Tavares da Silva	
O PRIMEIRO COMPLEXO DE ESCUTA PROTEGIDA DO BRASIL: RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA A PARTIR DA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	183
Tarcísia Castro Alves e Ana Paula da Silva Sotero	

POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	214
José Ferdinando Ramos Ferreira	
A TECNOSSECURITIZAÇÃO DA VIDA	235
José Adércio Leite Sampaio	
A FALTA DE UNIFORMIDADE NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO BRASIL	255
Luciano Rosa Vicente, Sandro Lucio Dezan e Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha	
 SEÇÃO 2 – GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	 281
DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUA IDENTIDADE: NATUREZA DAS NORMAS, VINCULAÇÃO NORMATIVA E ELEMENTOS JURÍDICOS BASILARES.....	283
André Afonso Tavares, Caroline Müller Bitencourt e Janriê Rodrigues Reck	
VALORES PÚBLICOS E CRITÉRIOS AVALIATIVOS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA AVALIAÇÕES REPUBLICANAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	310
Paulo de Martino Jannuzzi	
ANÁLISIS Y SÍNTESIS DE LA COMPLEJIDAD DE LAS ORGANIZACIONES: ALCANCES EN LA INVESTIGACIÓN SOBRE LA CORRUPCIÓN	327
Louis Valentín Mballa e Juan Ignacio Barajas Villaruel	
COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL.....	348
Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Mário Vinicius Claussen Spinelli e Stefany Silva Rocha	
COMBATE À CORRUPÇÃO E IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA DOS ACORDOS DE LENIÊNCIA NO BRASIL.....	371
Guilherme Atanazildo Leme, Milene Mendes de Oliveira, Beatriz Couto Ribeiro, Juliana Pires de Arruda Leite e Milena Pavan Serafim	
BIG DATA COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO: COMO A PROTEÇÃO LEGAL À PRIVACIDADE PODE VULNERABILIZAR O INDIVÍDUO	392
Tháís de Bessa Gontijo de Oliveira, Fabiana de Menezes Soares, Raquel Gontij e Bárbara Bianca Alves Cardoso	

INTRINSIC MOTIVATION AND THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE (AI) IN THE PUBLIC SECTOR: EVIDENCE FROM INDONESIA..... 412

Harmon Chaniago, Hidayat Hidayat e Yen Efawati

A REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS COMO ALTERNATIVA GEOPOLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO BRASIL.....429

Luciana Nalim Silva Menuchi, Marcos Rodrigo Trindade Pinheiro Menuchi, RomariAlejandra Martinez Montaño e Daniela Mariano Lopes Silva

DESEMPENHO TEMPORAL E RAZÕES DE INSUCESSO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS EM PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA.....452

Daniel Marques Moreira, Sônia Paula da Silva Nogueira e Ricardo Lobato Torres

O DEBATE COM SAL: A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MAR.....474

André Panno Beirão

A IDEIA DE PROGRESSIVIDADE E O RETROCESSO CLIMÁTICO NAS CONTRIBUIÇÕES NACIONALMENTE DETERMINADAS BRASILEIRAS.....493

HelineSivini Ferreira

Ana Flávia Corleto

INTERNATIONALIZATION OF PUBLIC POLICIES IN THE NORTHEAST: SUBNATIONAL LEADERSHIP AND THE ROLE OF INTERNATIONAL RELATIONS..... 518

Eliane Superti, Romberg de Sá Gondim, Amanda Pereira Arrigo e Raquel Gonçalves Dantas

POR UMA JUSTIÇA ITINERANTE: IMPACTOS DO TRABALHO DE CAMPO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO NO BRASIL544

Rafaela Selem Moreira

DESIGUALDADES RACIAIS NA MOBILIDADE URBANA: DISCUSSÃO E MORTES EM SINISTROS DE TRÂNSITO ENTRE 2011 E 2020 NO BRASIL 561

Marcelo de Trógi, Gláucia Pereira e Maria Cristina Cavalcante

SOCIAL CHARACTERISTICS OF PERUVIAN CITIZENSHIP AND THEIR INFLUENCE ON THE PERCEPTION OF GOVERNANCE, DEMOCRACY AND TRANSPARENCY IN PERU576

David Eleazar Barra-Quispe

THE INFLUENCE OF RELIGIOSITY, TAX SOCIALIZATION, AND TAX JUSTICE ON TAX COMPLIANCE WITH INTENTION AS A MODERATION VARIABLE 601

Ismawati Haribowo, Khomsiyah Khomsiyah e Susi Dwi Mulyani

ASSESSING THE IMPACT OF HALAL CERTIFICATION POLICY ON SMALL AND MEDIUM ENTERPRISES IN EAST JAVA 618

Ertien Rining Nawangsari e Hani Nur Adnin

PERFORMANCE ANALYSIS OF THE REGIONAL PEOPLE’S REPRESENTATIVE BOARD OF BENGKULU CITY FOR THE 2019-2024 PERIOD IN MAKING REGIONAL REGULATIONS 630

Hilda Distia Puspita, Alfitri Alfitri, Slamet Widodo e Andy Alfatih

Introduction 630

Research methods..... 637

Results and discussion 637

1. Productivitas..... 638

1.1 Efficiency..... 638

a. Human Resources 638

2 Technology..... 639

3 Technical guidance 639

4 Funding..... 640

5 Accountability 648

Reference 649

SEÇÃO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E INCLUSÃO 651

INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM DIREITO: ORGANIZAÇÃO, CODIFICAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS..653

Elisa Gonsalves Possebon e Pedro Gonsalves de Alcântara Formiga

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANÇAS, EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE OS EXPERIMENTOS DE CAMPO DESENVOLVIDOS NO LABORATÓRIO J-PAL..... 671

Laudeny Fábio Barbosa Leão e Lorena Madruga Monteiro

EDUCAÇÃO JURÍDICA NO ENSINO MÉDIO: A EXPERIÊNCIA DA “ESCOLA DA ESCOLHA” NA CIDADE DE TIMON (MA) 688

Mônica Mota Tassigny, Liane Maria Santiago Cavalcante Araújo e José Antonio Almeida

FORMAÇÃO DA AGENDA DE POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO PANDÊMICO: ANÁLISE DA LEI ALDIR BLANC 708

Suely de Fátima Ramos Silveira

A BRIGA DAS COTAS COM O TEMPO: CADUCIDADE DA REVISÃO DA POLÍTICA DE COTAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL 733

Walter Claudius Rothenburg

TRANSICIÓN ENERGÉTICA E IDENTIDAD CULTURAL. EL CASO DE LOS PROYECTOS DE ENERGÍAS RENOVABLES EN LUGARES SAGRADOS INDÍGENAS DE CHILE..... 748

Alberto Olivares

OS CORREIOS BRASILEIROS E A LOGÍSTICA ESTATAL DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD)..... 781

Alysson Rogerio da Silva, Claudia Souza Passador, e Denis Renato Oliveira

Violência conjugal e a incidência de controle coercitivo entre casais heterossexuais*

Couple violence and the incidence of coercive control among heterosexual couples

Julio Cesar de Aguiar**

Kettily Ingrid de Queiroz***

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a violência conjugal e a incidência de controle coercitivo entre casais heterossexuais brasileiros. A revisão da literatura orienta o estudo empírico sobre controle coercitivo no contexto brasileiro para responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses propostas. Com base em pesquisa quantitativa, utilizando uma versão adaptada do *Controlling Behaviors Scale* (CBS), aplicado em uma amostra composta por 141 participantes, sendo 88 mulheres e 53 homens, conclui-se que as mulheres são mais propensas a se submeterem a alto grau de controle coercitivo e, como dado novo e importante, que os participantes de ambos os sexos se reconheceram como parceiros controladores. Como limitações, destaca-se o pequeno tamanho da amostra em cada um dos quatro grupos da pesquisa; a presunção da ocorrência de algum tipo de violência conjugal nos relacionamentos avaliados pelos participantes, já que aplicado o questionário em sua versão simplificada e a ocorrência de vieses nas respostas, pois muitas foram obtidas por intermédio da ajuda de profissionais que trabalham nas instituições participantes. As limitações, entretanto, não prejudicaram a confirmação de algumas das hipóteses de pesquisa, que podem subsidiar outras pesquisas. O estudo é original e busca contribuir para futuras proposições de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência conjugal.

Palavras-chave: violência conjugal; controle coercitivo; casais heterossexuais.

Abstract

The present article aims to analyze couple violence and the incidence of coercive control among Brazilian heterosexual couples. The literature review guides the empirical study on coercive control in the Brazilian context to address research questions and test the proposed hypotheses. Based on quantitative research, using an adapted version of the *Controlling Behaviors Scale* (CBS), applied to a sample of 141 participants, including 88 women and 53 men, we conclude that women are more prone to experiencing a high degree of coercive control, and as a new and important finding, participants of both sexes recognized themselves as controlling partners. As limitations,

* Recebido em: 17/10/2023

Aprovado em: 02/04/2025

** Professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas, em Brasília. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e PhD in Law pela University of Aberdeen, UK. Mestre em Filosofia e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: juliocesar.deaguiar@gmail.com.

*** Mestre em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. Especialista em Direito Penal e Processual aplicados pela Escola Brasileira de Direito. Especialista em Direito Ambiental, com magistério superior, pela rede de ensino Luiz Flávio Gomes. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista. Servidora Pública Federal. E-mail: ingridqueirozmpf@gmail.com.

we highlight the small sample size in each of the four research groups, the presumption of the occurrence of some form of couple violence in the relationships evaluated by the participants, as the questionnaire was applied in its simplified version, and the presence of response biases, as many were obtained through the assistance of professionals working in the participating institutions. However, these limitations did not hinder the confirmation of some research hypotheses, which can support further research. The study is original and aims to contribute to future proposals for public policies aimed at preventing couple violence.

Keywords: couple violence; coercive control; heterosexual couples.

1 Introdução

A questão da assimetria/simetria de gênero na violência doméstica e familiar envolvendo casais heterossexuais — a qual, nesta pesquisa, será tratada como violência conjugal, unicamente em razão do marco teórico adotado — é tema que suscita grandes discussões. É fortemente apreciado por grande parte dos estudos acadêmicos¹, e abordado por diferentes perspectivas teóricas, dentre as quais o feminismo e a sociologia da família.

O conceito de violência em um contexto social, histórico e de gênero apresenta caráter mutável e variável². Apesar disso, a violência conjugal pode ser compreendida como atos violentos praticados no âmbito de relações íntimas de afeto, podendo ser psicológica, sexual, patrimonial, física ou moral.

Os teóricos feministas entendem que a violência conjugal decorreria do ideal de gênero (feminino e masculino), principalmente considerando-se que a sociedade constitui suas relações com base em uma ordem social dominada pelo princípio masculino, o que levaria à conclusão pela assimetria da violência³.

Os sociólogos da família argumentam que a violência pode ser praticada tanto por homens como por mulheres, já que ambos podem figurar como agressores em um relacionamento íntimo, de modo a ressaltar uma certa simetria na prática da violência⁴.

Essa discrepância tão significativa de resultados entre estudos, em geral, metodologicamente bem conduzidos, despertou o interesse do sociólogo norte-americano Michael P. Johnson⁵, o qual, a partir de pesquisas próprias e revisões sistemáticas da literatura, chegou a duas importantes conclusões, uma de natureza teórica e a outra, metodológica, as quais são abordadas a seguir. Os achados de Johnson⁶ foram ainda confirmados em pesquisas conduzidas por Archer & Graham-Kevan⁷, Dutton & Goodman⁸ e Lira & Méndez⁹.

¹ LIRA, Luciana Ramos; MÉNDEZ, Maria Teresa Saltijeral. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, v. 31, n. 6, p. 469-478, 2008.

² JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

³ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

⁴ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

⁵ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

⁶ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

⁷ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Do beliefs about aggression predict physical aggression to partners? *Aggressive Behavior*, v. 29, p. 41-54, jan. 2003. ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

⁸ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

⁹ LIRA, Luciana Ramos; MÉNDEZ, Maria Teresa Saltijeral. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, v. 31, n. 6, p. 469-478, 2008.

Para o sociólogo, a partir do comportamento do indivíduo, foi possível identificar os seguintes tipos básicos de violência conjugal, nos quais, em alguma medida, houve a presença de táticas de controle coercitivo: violência conjugal situacional, terrorismo patriarcal ou terrorismo íntimo, resistência violenta e violência mútua¹⁰.

O controle coercitivo, que será o objeto deste estudo, pode ocorrer em quaisquer relações íntimas de afeto, não se limitando ao casamento ou à união estável. É considerado por Johnson uma forma de violência conjugal, sendo possível sua identificação a partir de 5 (cinco) comportamentos controladores (econômico; ameaças, intimidação; abuso emocional; e isolamento)¹¹.

A despeito da grande relevância dos achados de Johnson¹², em nível teórico e metodológico, entende-se que a principal contribuição teórica desse autor não está tanto na tipologia por ele proposta — a qual, não obstante, é útil, inclusive para fins de políticas públicas relacionadas à violência conjugal¹³ —, mas, em apontar a relevância do controle coercitivo como uma situação de opressão vivida, senão exclusivamente, principalmente por mulheres, em seus próprios lares; situação em que a eventual violência constitui a parte a qual não deve, porém, ser tratada de forma isolada do seu contexto. Ou seja, a contribuição teórica de John-

¹⁰ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹¹ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹² JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008. JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

¹³ Assim como ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha fazem parte do eixo estruturante de enfrentamento e combate da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Doméstica, eventual atenuante ou discriminante para o caso da mulher vítima de violência conjugal que fere ou tira a vida de seu(sua) companheiro(a), após viver anos em controle coercitivo, poderia integrar a política criminal voltada à prevenção e combate à essa modalidade de violência. Apesar de não ser um caso prático de violência conjugal, mas sim familiar e de gênero, cita-se a absolvição, pelo Tribunal do Júri, no Estado de Pernambuco, de Maria Severina Francisco, vítima permanente de violência familiar, que contratou um “pistoleiro”, por R\$ 800,00, a fim de matar o próprio pai. Barros (2014), em artigo de sua autoria intitulado “Severina: assassina ou santa? O sertão que não tem cordel encantado”, transcreveu um resumo do depoimento de Severina que explicitou as condições em que o homicídio foi praticado: “nunca estudei, nunca tive amiga, nunca arrumei namorado na vida, nunca saí para ir a festas. Até os 38 anos, vivi assim e foi assim até quando me desliguei do meu pai, no dia em que ele foi morto. Meu pai não deixava eu e minhas irmãs fazer nada. Comecei a trabalhar na roça com seis anos. Aos nove, fui com meu pai para o roçado. No caminho, ele me levou para o mato, amarrou minha boca com a camisa e tentou ser dono de mim. Eu dei uma ‘pesada’ no nariz dele, e ele puxou uma faca para me sangrar. A faca pegou no meu pescoço e no joelho. Depois, ele tentou de novo, mas não conseguiu ser dono de mim. Em casa, contei para minha mãe e ela me deu uma pisa (surra). Fiquei sem almoço. À noite, minha mãe foi me buscar e me levou para ele, que me abusou. No outro dia, fui andar e não consegui. Falei: ‘Mãe, isso é um pecado’. E ela: ‘Não é pecado. Filha tem que ser mulher do pai’. A partir daquele dia, três dias por semana ele ia abusando de mim. Com 14 anos eu engravidei. Tive o filho e ele morreu. Eu tive 12 filhos com meu pai. Sete morreram. Seis foram feitos na cama da minha mãe. Dormíamos eu, pai e mãe na mesma cama. Um dia, uma irmã minha disse que estava interessada em um namorado. O pai quis pegar ela, disse que já tinha um touro em casa. Eu mandei minha mãe correr com minha irmã. Depois disso, minha mãe não ficou mais com ele. Foram para a casa do meu avô em Caruaru. Ela e as minhas oito irmãs. Só ficamos eu e meu pai na casa. Eu tinha 21 anos, e ele sempre batia em mim. Tentei me matar várias vezes, botei até corda no pescoço. Os filhos nasciam e morriam. Os que vingavam foram se criando. Minha filha estava com 11 anos quando ele quis ser dono dela. Eu disse para ele: ‘Se você ameaçar a minha filha, você morre.’ Meu pai me bateu três dias seguidos. Um dia, ele amolou a faca e foi vender fubá. Antes, disse: ‘rapariga safada, se você não fizer o acordo, vai ver o começo e não o fim’. Ele foi para a feira e eu para a casa da minha tia. Foi quando paguei para matarem ele. Peguei um dinheiro guardado e paguei ao Edilson R\$ 800 na hora. Quando o pai chegou, Edilson e um amigo fizeram o homicídio. A minha filha, a filha dele, eu salvei. Quem é pai, quem é mãe, dói no coração. Antes disso, eu ainda procurei os meus direitos, mas perdi. Há uns 15 anos, fui na delegacia, mas ouvi o delegado falar para eu ir embora com o velhinho (o pai), que era uma boa pessoa. O homicídio foi no dia 15 de novembro de 2005. No cemitério já tinha um carro de polícia me esperando. Na cadeia passei um ano e seis dias. Depois do julgamento, fiquei feliz. Agora, quero viver e ficar com meus filhos.” No caso de Maria Severina, tanto o Ministério Público como os jurados manifestaram-se pela absolvição de Severina. Duas possíveis teses foram indicadas pelo autor: a chamada “legítima defesa antecipada” — (Tese de William Douglas) —; e a conhecida “inexigibilidade de conduta diversa” (excludente de culpabilidade). BARROS, Francisco Dirceu. Severina: assassina ou santa?: o sertão que não tem cordel encantado. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 4108, set. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31934/severina-assassina-ou-santa>. Acesso em: 26 dez. 2022.

son¹⁴ demonstra a perspectiva prática da violência conjugal, sem atentar para outros aspectos, além do fato de a vítima e o agente viverem em situação de conjugalidade, entendida como qualquer relacionamento íntimo de afeto, iguais situações muito diferentes, as quais exigem a aplicação de políticas públicas diferenciadas.

Não se trata, evidentemente, de minimizar a importância de políticas de proteção à mulher vítima de violência conjugal, inclusive em relação à punição do perpetrador da agressão. Trata-se, porém, de buscar identificar se — e em que medida — o controle coercitivo é parte relevante das relações conjugais marcadas pela violência no Brasil, e, mesmo em termos gerais, na sociedade brasileira.

Em face de tal quadro, o objetivo desta pesquisa é investigar a incidência ou não do controle coercitivo entre casais heterossexuais envolvidos em situações de violência conjugal, entendida como aquela ocorrida em qualquer relacionamento íntimo de afeto. Como objeto secundário, busca-se investigar, também, em que medida esse controle coercitivo está presente na experiência conjugal de pessoas não envolvidas em situações de violência conjugal, a fim de comparar com os resultados obtidos com aquelas que vivenciaram tal violência.

Para tanto, aborda-se a dinamicidade das relações íntimas e a violência conjugal nas relações heterossexuais, com base nos olhares feministas e dos sociólogos da família, cujos entendimentos, a despeito de divergentes no que respeita à assimetria/simetria de gênero na violência conjugal, são verossímeis a depender da amostra escolhida pelo(a) pesquisador(a). Expõem-se os instrumentos utilizados em obras acadêmicas para se mensurar a violência conjugal, considerados válidos por muitos pesquisadores (Straus¹⁵; Casimiro¹⁶; Hasselmann & Reichenheim¹⁷).

Dando continuidade ao tema, apresenta-se a nova concepção dos tipos de violência conjugal, abordados por Johnson¹⁸, explicitando a metodologia de pesquisa que fundamentou as proposições por ele criadas.

Finalmente, propõem-se os resultados obtidos neste artigo com a aplicação do instrumento de coleta de dados, detalhadamente explicado no desenvolvimento deste trabalho; a análise e a discussão desses resultados; concluindo o presente artigo, apresentadas as limitações da pesquisa e as sugestões para futuros estudos.

2 A violência conjugal nas relações heterossexuais

A violência conjugal tem se mostrado como um tema complexo, de múltiplas dimensões, e com longo histórico, especialmente quando se consideram a conceituação, a tipologia e as formas de prevenção e precaução¹⁹. Dentre as razões para a falta de consenso quanto ao uso da violência por homens e mulheres,

¹⁴ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008. JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

¹⁵ STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence: the Conflict Tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, v. 41, n. 1, p. 75-88, Feb. 1979.

¹⁶ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

¹⁷ HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003.

¹⁸ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008. JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

¹⁹ HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict

inclui-se o fato de que a própria medição dos atos violentos não pode caracterizar, de forma correta, a violência em relacionamentos conjugais²⁰.

De fato, há pesquisas que apontam que a violência conjugal estaria relacionada às crenças de muitos casais. Muitos homens explicam o ato violento como uma forma de “fazer algo”, “disciplina”²¹ ou “ensinar uma lição” (crença instrumental); enquanto as mulheres afirmam utilizar a agressividade em razão de terem “perdido o controle” (crença expressiva)²². Tais justificativas fundamentam a conclusão de que a masculinidade e a feminilidade enxergam a violência de maneira diversa²³. Para os teóricos feministas, esse tipo de violência decorreria do ideal de gênero (feminino e masculino), pois a sociedade constitui suas relações com base em uma ordem social dominada pelo princípio masculino²⁴, afetando o pensamento coletivo, transcendendo a perspectiva de vítima e agressor²⁵.

A despeito de muitos estudos indicarem uma relação entre a violência conjugal e a questão do gênero²⁶, a produção acadêmica também sinaliza a existência de controvérsias quanto à essa possível associação, especialmente em relação à assimetria defendida pela perspectiva feminista; o que acentua a necessidade de estudos que consideram todos os pressupostos teóricos existentes acerca da temática²⁷.

A dinâmica do relacionamento íntimo não deve ser entendida, apenas, com base no discurso dos envolvidos²⁸. É preciso que o fenômeno da violência conjugal seja estudado a partir da multidimensionalidade, singularidade, localização e temporalidade. Isso porque o conceito de violência em um contexto social, histórico e de gênero apresenta caráter mutável e variável²⁹.

Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003. ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

²⁰ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

²¹ ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

²² ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Do beliefs about aggression predict physical aggression to partners? *Aggressive Behavior*, v. 29, p. 41-54, jan. 2003.

²³ JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014. LIRA, Luciana Ramos; MENDEZ, Maria Teresa Saltijeral. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, v. 31, n. 6, p. 469-478, 2008.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003.

²⁵ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

²⁶ MACHADO, Dinair Ferreira *et al.* Interseções entre a socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 26, p. 5003-5012, 2021. Supl. 3.

²⁷ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²⁸ DEEKE, Leila Platt *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, v. 18, n. 12, p. 248-258, 2009.

²⁹ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008. RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

2.1 O processo de construção social do gênero e o patriarcalismo como elementos correlacionados à violência conjugal heterossexual

É provável que a conscientização das mulheres acerca de seus direitos, em conjunto com a criação de entidades de apoio a esse público, contribuiu para o crescente número de denúncias dos casos de violência conjugal, e, por conseguinte, obrigou o Estado a intervir nas relações familiares, anteriormente concebidas como ambiente privado³⁰. De fato, a recalcitrância estatal em intervir nos conflitos ocorridos entre parceiros íntimos tinha por finalidade não o resguardo da família como entidade privada, mas evitar a exposição e a tratativa das mazelas que existiam nos lares familiares, tais como humilhações, preconceito social, agressões de toda ordem, dentre outras³¹.

A ocorrência da violência conjugal em relacionamentos heterossexuais passou a ser estudada com base em perspectiva cultural e histórica da construção social de gênero³², conceito que surgiu ao término da década de 1940, a partir da pesquisa de John Money³³. O binarismo (feminino – masculino), até então prevalente na sociedade, passou a ser contestado, especialmente por guardar relação direta com a identidade de gênero³⁴, permitindo compreender as diferenças entre masculino e feminino como elementos que não são estáticos e imutáveis³⁵. A lógica binária decorre do que se intitula de sistema patriarcal, cuja base se assenta no domínio masculino sobre as mulheres, ou seja, a estrutura de poder baseia-se em uma figura central, qual seja, o homem, o masculino³⁶. O patriarcado naturaliza a cisão sexual, de modo a ratificar a dominação masculina que funciona como seu alicerce. Observa-se ainda, nesse fenômeno, a inclinação de se negar a parte feminina do masculino³⁷. A imposição dos papéis sociais reclamada pelo patriarcado inseriu as mulheres em um ambiente no qual a feminilidade tem como sinônimo o “se fazer pequena”, enquanto aos homens são proporcionadas todas as condições ideais para se alcançar *status*, poder, liderança, autoridade³⁸. Essa centralização do poder social no homem contribuiu para que as mulheres somente pudessem se envolver em questões que demandassem o cuidado, o zelo, a fragilidade, sendo concebidas como “propriedade sexual dos homens”³⁹; enquanto os homens desempenhavam funções que guardavam relação com a força, com o poder, com a autoridade e a liderança.

³⁰ BLAY, Eva Alterman. Femicídios, estupros: em busca da justiça social. *Jornal da USP*, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=507720>. Acesso em: 29 abr. 2022.

³¹ TEIXEIRA, Sylvana Lima. *Maria da Penha ao inverso: uma aplicação da mediação penal na gestão de conflitos decorrentes da violência doméstica psicológica contra o homem dentro de um contexto intrafamiliar*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

³² MACHADO, Dinair Ferreira *et al.* Interseções entre a socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 26, p. 5003-5012, 2021. Supl. 3.

³³ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

³⁴ SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.

³⁵ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

³⁶ SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012. RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017. PENCE, Ellen; PAYMAR, Michael. *Education groups for men who batter: the duluth model*. New York: Springer, 1993.

³⁹ ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

É importante recapitular que essa diferenciação de papéis sociais também foi fundamentada na diferença biológica entre os sexos⁴⁰. Para a Teoria da Seleção Sexual, a história da evolução humana provocou um investimento parental desigual que incitou a competição reprodutiva masculina, tornando a diferença entre os sexos esperada⁴¹. Segundo a American Psychological Association, o sexo biológico constitui as características cromossômicas, gonadais, reprodutivas e genitais de homens e mulheres. Por sua vez, o gênero guarda relação com atitudes, sentimentos e comportamentos que uma determinada cultura associa aos papéis masculinos e femininos⁴². Assim, a teoria do papel social explica que as diferenças sexuais no comportamento surgiram da separação histórica do trabalho, uma vez que houve a categorização do trabalho da dona de casa e do trabalho externo (fora de casa), criando-se condutas que acabaram por caracterizar o gênero, ensejando diferentes padrões de comportamento, os quais são transmitidos a futuras gerações por intermédio da socialização dos processos⁴³.

A divisão do que seria feminino e do que seria masculino, além de atribuir às pessoas papéis, dita as expectativas comportamentais perante a sociedade⁴⁴. Os homens são ensinados que a resposta agressiva é apropriada e integra um conjunto de comportamentos instrumentais que se encaixam melhor no “papel masculino”, não sendo a premissa verdadeira em relação às mulheres⁴⁵. A proposição encontra correspondência nos estudos de Souza, Lopes e Silva⁴⁶, ao afirmarem que a violência contra a mulher ocorre quando se evidenciam a masculinidade e a virilidade por intermédio da agressão. A socialização e as tradições familiares patriarcais estimulam os homens a enxergarem o controle como um comportamento essencial da masculinidade no ambiente familiar⁴⁷. A virilidade está associada à masculinidade, uma espécie de privilégio masculino, o qual requer do homem a sua defesa em qualquer ambiente ou circunstância⁴⁸. É justamente quando não são cumpridos os papéis sociais esperados que surge a violência, considerada como um meio de punição para comportamentos que contrariem aquele modelo forjado e imposto⁴⁹. A título de exemplo cita-se a pesquisa de Ávila *et al.*⁵⁰, que verificaram um padrão cultural de controle sobre a mulher, dado que o fim do relacionamento íntimo de afeto, à luz desse padrão, é encarado como uma ofensa à virilidade do

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

⁴¹ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

⁴² RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

⁴³ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

⁴⁴ SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.

⁴⁵ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

⁴⁶ SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁴⁷ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

⁴⁸ SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁴⁹ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017. SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018. ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁵⁰ ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

homem. A partir dos anos 1990, com o surgimento da Teoria Queer, Judith Butler⁵¹ propõe o fim do binarismo, de maneira a encerrar qualquer categoria identitária, ou seja, não existiria o feminino, tampouco o masculino⁵². A criação de estruturas ou modelos de gênero contribuiu para a exclusão daqueles que não se enquadram no proposto.

3 Homens e mulheres como agentes da violência conjugal, a perspectiva feminista e a Teoria da Sociologia da Família

A maioria das pesquisas que tratam da violência conjugal inserem as mulheres na categoria de vítimas e os homens na categoria de agressores⁵³, focalizando a violência assimétrica de homens em face de mulheres, refutando, por consequência, a violência bidirecional⁵⁴. As diferenças sexuais na violência foram reveladas desde a década de 1920⁵⁵. No Brasil, tais pesquisas são recentes⁵⁶. Anacleto *et al.*⁵⁷ identificou algumas similaridades das prevalências de violência praticada por homens e mulheres em relacionamentos íntimos. O pesquisador, de forma similar ao que foi feito neste estudo, utilizou a Conflict Tactics Scales – Form R (CTS – 1), já adaptada para o Brasil⁵⁸, para mensurar como os casais resolvem os conflitos e, de forma indireta, identificar situações conflituosas e violentas.

Em estudo realizado acerca da assimetria e simetria de gênero na violência conjugal, foi possível concluir que, nos Estados Unidos, em cerca de 24% dos relacionamentos íntimos, houve algum relato de violência envolvida, e na metade há atos recíprocos entre homem e mulher⁵⁹. Embora seja predominante a violência conjugal praticada por homens contra as mulheres, nota-se uma carência na produção acadêmica em relação aos homens enquanto sujeitos passivos da violência conjugal e às mulheres como sujeitos ativos⁶⁰.

Em alguns dos artigos analisados em sua pesquisa, Razera, Gaspodini e Falcke⁶¹ sinalizam que a violência entre os parceiros íntimos tende a começar de forma assimétrica, tornando-se simétrica no decorrer do tempo. Em revisão de literatura, Casimiro⁶² indica que, inicialmente, nos Estados Unidos, e, posteriormente, no Canadá, Reino Unido, Finlândia e Austrália, surgiram estudos que motivaram um exame mais detalhado acerca da polêmica questão da simetria de gênero na violência conjugal.

⁵¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

⁵² SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.

⁵³ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

⁵⁴ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁵⁵ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

⁵⁶ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁵⁷ ANACLETO, Adriana Jaqueline *et al.* Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 800-808, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/xxbrDsmfbn3PyDKnz3Tqg9D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁵⁸ HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003.

⁵⁹ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁶⁰ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁶¹ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

⁶² CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

A violência contra a mulher é objeto central de muitos debates e de políticas públicas, no entanto, tal fato não permite a conclusão pela inexistência de homens que sofrem agressões praticadas por suas parceiras íntimas, ainda que sejam, em muitos casos, agressões recíprocas, e que haja diferenças quanto à forma e à intensidade dessa violência⁶³. A falta de registro desse tipo de violência pode ser explicada ainda a partir do patriarcalismo, pois esperam-se comportamentos do homem que o “tornem homem”, como não demonstrar fragilidade e sentimentos⁶⁴, baseados em padrões de masculinidades, intitulados como masculinidades hegemônicas, que também são constituídos a partir de um processo social⁶⁵. O *status* está associado a características de um agente, sendo o masculino geralmente maior do que o das mulheres, guardando forte influência com o comportamento dos homens⁶⁶. Assim, provavelmente, ao relatar a violência praticada por suas companheiras, os homens podem ter a virilidade, objeto de validação pelos outros homens⁶⁷, e o *status*, sinônimos da masculinidade, contestados pela sociedade. Por outro lado, não se pode desconsiderar que os homens podem se sentir menos ameaçados em relação às agressões praticadas por suas companheiras, notadamente em razão da percepção dos modos diversos de violência⁶⁸. É improvável que, quando a parceira agrida o parceiro, tal ato seja visto pelo homem como uma tentativa considerável de um mal físico⁶⁹.

A ideia de que as mulheres são tão violentas quanto os homens, no relacionamento íntimo, foi refutada veementemente pelos defensores e prestadores de serviços às mulheres agredidas, pois tal afirmação divergia de suas experiências nos abrigos, hospitais e tribunais⁷⁰. Ainda assim, as divergências apontadas em diversas pesquisas permitem um olhar diferenciado e simultaneamente conjugado de ambos os lados (ativistas feministas e sociólogos da família) quanto à questão da violência conjugal, já que se compreende como imprescindível especificar o tipo de violência e, igualmente, entender que nem toda “violência doméstica” traduz o espancamento, o que pode dificultar o processo de tomada de decisão, inclusive em políticas públicas⁷¹. A dinâmica da violência de gênero pode ser entendida sob diferentes perspectivas teóricas. A compreensão das nuances e das teorias que tratam acerca da violência conjugal é de extrema relevância não somente para a formulação ou aperfeiçoamento das políticas públicas, mas para uma mudança de pensamento da sociedade, a quem também compete contribuir para a prevenção e precaução do fenômeno.

A pesquisa feminista foi iniciada na década de 1970, sendo desenvolvida a partir de relatos de mulheres que buscavam ajuda nos abrigos a elas destinados⁷². O movimento feminista contribuiu sobremaneira para

⁶³ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017. SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

⁶⁵ SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁶⁶ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

⁶⁷ SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁶⁸ HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003.

⁶⁹ JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

⁷⁰ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

⁷¹ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

⁷² ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

as pesquisas acadêmicas. Tal afirmação é comprovada a partir do estudo das “ondas” que permeiam a história do referido movimento; assim compreendido por questões didáticas⁷³.

Para a perspectiva feminista, o patriarcado gera uma desigualdade entre homens e mulheres, e impõe a dominação masculina, como uma espécie de fenômeno assimétrico e unidirecional⁷⁴. Funciona como um mecanismo de opressão das mulheres, sendo o responsável por fomentar a hegemonia masculina⁷⁵. A fragilidade do sexo feminino em relação ao sexo masculino, ressaltada pelas diferenças físicas, sexuais e biológicas, atribui ao homem o status de agressor e à mulher o status de vítima⁷⁶. A violência passa a ser uma ferramenta de controle da parceira, cujo objetivo principal é a “sujeição” feminina ao masculino⁷⁷. Essa “sujeição” decorre da construção social dos papéis de gênero ditados pela sociedade⁷⁸. O gênero passa a prescrever o que deve ser em vez de reconhecer o que realmente se é⁷⁹. As experiências vinculadas ao gênero seriam construídas a partir de uma imposição externa, seja por intermédio de normas sociais ou por pressão de autoridades, que são capazes de influenciar e, simultaneamente, são impulsionadas por uma construção pessoal⁸⁰.

A bidirecionalidade na violência conjugal é elemento de pouco significado para a perspectiva feminista, porquanto parte significativa da pesquisa que tem como marco teórico a referida perspectiva aponta que as mulheres estão submetidas a níveis maiores de violência, percebida como uma questão estrutural⁸¹. Quando há o emprego da violência pelas mulheres no curso do relacionamento íntimo, tal ação é realizada como forma de resistência ou proteção⁸². Não há de se falar, portanto, em simetria de gênero na violência conjugal, mas sim em assimetria.

Os sociólogos da família defendem que a violência estaria assentada na própria estrutura da sociedade e no sistema familiar, sendo acolhida como uma forma de se relacionar. A simetria indica que a violência pode ser praticada tanto por homens como por mulheres, visto que ambos podem figurar como agressores em uma relação conjugal⁸³.

⁷³ SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.

⁷⁴ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017. SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.

⁷⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

⁷⁶ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

⁷⁷ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁷⁸ MACHADO, Dinair Ferreira *et al.* Interseções entre a socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 26, p. 5003-5012, 2021. Supl. 3.

⁷⁹ ADICHIE, C. Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução Cristina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

⁸⁰ TÁVORA, Mariana Fernandes; COSTA, Dália; GOMES, Camilla de Magalhães; BEIRAS, Adriano. Análise de gênero e de cruzamentos interseccionais de um programa para autores de violência doméstica contra as mulheres. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 440-466, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/6802/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

⁸¹ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008. CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁸² CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁸³ De acordo com Conceição *et al.* (2018) e Razera, Gaspodini e Falcke (2017), em sua obra *References Examining Assaults by Women on Their Spouses or Male Partners: An Updated Annotated Bibliography*, Martin S. Fiebert descreve 343 estudos acadêmicos nos quais há a demonstração de que mulheres são fisicamente tão agressivas quanto aos homens no âmbito dos relacionamentos íntimos.

Na pesquisa de Archer & Graham-Kevan⁸⁴, não se mostrou crível a diferença de sexo na raiva experimentada, fato consistente com as revisões de narrativas de pesquisas aplicadas por questionário e com estudos sobre a raiva. Nesse sentido, não há razão para associar a raiva apenas ao masculino, mas sim a pessoas, independentemente do gênero. Tal fato coaduna-se com a sociologia da família, pois a violência pode ser um recurso utilizado tanto por homens como por mulheres, o que motiva o exame do fenômeno com base em duas faces: a da violência masculina e a da violência feminina⁸⁵;

Não obstante tal entendimento, os sociólogos da família⁸⁶ destacam que a simetria não significa que os tipos e as formas de violência exercidas, a frequência e os objetivos sejam similares. A violência decorreria de um “jogo de forças” entre os casais, sendo que, na sociedade atual, os conflitos seriam naturalizados, ou seja, inerentes à composição familiar⁸⁷. A ideia é que a atenção recaia sobre a dinâmica da unidade familiar e/ou conjugal, empregando-se noções como “relações violentas”, “violência do casal”, “abuso mútuo” em face dos termos “abuso da mulher” ou “mulher violentada”⁸⁸.

3.1 Instrumentos para a mensuração da violência conjugal

Na tentativa de mensurar a violência conjugal, vários pesquisadores recorrem, principalmente, a metodologias quantitativas que utilizam a chamada Conflict Tactics Scale (CTS), elaborada por Murray A. Straus⁸⁹, na década de 70. Tais metodologias buscam aferir, além das estratégias utilizadas pelos membros da família para lidar com os conflitos intrafamiliares, o nível e a incidência das dimensões da violência familiar⁹⁰. Para Straus⁹¹, há três modos importantes para lidar com o conflito intrafamiliar, os quais podem ser empregados para mensurá-lo: (i) o uso racional da discussão e da argumentação; (ii) a agressão verbal; e (iii) o uso da força física — a chamada violência física.

De forma simplificada, a CTS consiste em uma lista de ações que poderão provocar conflito entre membros de uma unidade familiar. Os itens se iniciam com atos considerados de baixa coercitividade, como discussão; e tornam-se gradualmente mais coercitivos e agressivos no final da lista, v.g., a violência física⁹². A CTS foi utilizada, pela primeira vez, na National Family Violence Surveys (NFVS), nos Estados Unidos, durante o período compreendido entre os anos de 1975 e 1985⁹³.

⁸⁴ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. *Classifying partner violent men and women: victim and perpetrator reports*. Project Coercive Control, jan. 2005.

⁸⁵ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

⁸⁶ De acordo com Casimiro (2008), são adeptos à sociologia da família autores como Steinmetz (1977 e 1978); Straus (1993); Straus & Gelles (1986 e 1990a). Os autores foram responsáveis pelos primeiros trabalhos que apontaram a possibilidade da simetria de gênero na questão da violência.

⁸⁷ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. COSTA, Laci Laura Bomtempo Lamounier; TILIO, Rafael de. Representações sociais de família para não feministas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 3, p. 790-812, 2020.

⁸⁸ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

⁸⁹ STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence: the Conflict Tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, v. 41, n. 1, p. 75-88, Feb. 1979.

⁹⁰ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008. HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003. STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence: the Conflict Tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, v. 41, n. 1, p. 75-88, Feb. 1979.

⁹¹ STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence: the Conflict Tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, v. 41, n. 1, p. 75-88, Feb. 1979.

⁹² STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence: the Conflict Tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, v. 41, n. 1, p. 75-88, fev. 1979.

⁹³ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

Há trabalhos que apontam uma limitação da Conflict Tactics Scale (CTS) como instrumento de pesquisa, considerando a sua ampla utilização e o seu formato de checklist⁹⁴. Nesse sentido, a teoria feminista defende que o instrumento não é hábil por não considerar o contexto, as motivações, os significados e as consequências da violência ocorrida, de maneira que os dados coletados pelos pesquisadores provocam uma modificação do papel do gênero na vitimização e na agressão⁹⁵. Por sua vez, em sentido diametralmente oposto, pesquisas têm demonstrado que a CTS tem sido apontada como um instrumento que dispõe de baixa taxa de recusa; boa confiabilidade; especialmente a respeito da violência física e validade concorrente, de constructo e de conteúdo⁹⁶.

Estudos acadêmicos baseados no emprego da CTS⁹⁷ sinalizaram que as agressões cometidas por mulheres em desfavor de homens constituem uma questão social que permite certa comparação, em relação à natureza e gravidade, às agressões praticadas por homens em face das mulheres; contribuindo, inclusive, para o campo da psicologia, o que reclama um exame dos tipos de violência conjugal⁹⁸.

O uso de comportamentos controladores pode ser medido por meio da *Controlling Behaviors Scale* (CBS), desenvolvida a partir da literatura oriunda do *Domestic Abuse Intervention Project* (DAIP)⁹⁹. Tal escala foi empregada por vários pesquisadores que estudam o fenômeno da violência conjugal, tais como Archer & Graham-Kevan¹⁰⁰ e Johnson¹⁰¹. A CBS foi adaptada para ser aplicada à presente pesquisa e será explicada com mais detalhes adiante.

4 Uma nova concepção dos tipos de violência conjugal

A violência exercida por homens e mulheres, no contexto de um relacionamento íntimo, pode ser percebida com base nos mais variados ângulos, tais como históricos, motivacionais e culturais, o que ressalta a imprescindibilidade de se explorarem outros tipos de violência conjugal, a exemplo dos preconizados por

⁹⁴ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018. RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

⁹⁵ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

⁹⁶ HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003.

⁹⁷ Segundo Casimiro (2008), a CTS foi utilizada na área da sociologia por Baldwin (1997), Brush (1990), Carrado *et al.* (1986), Grandin e Lupri (1997), McNeely e Mann (1990), McNeely e Robinson-Simpson (1987), Steinmetz (1977 e 1978), Steinmetz e Lucca (1988), Straus (1993), Sugarman e Hotalgin (1989) e Whitaker *et al.* (2007).

⁹⁸ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

⁹⁹ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

¹⁰⁰ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

¹⁰¹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

Michael P. Johnson¹⁰², notadamente em razão de que a violência, no contexto de um relacionamento íntimo, não se limita, apenas, à violência física¹⁰³.

A fim de contribuir para a discussão acerca do tema, e tentar conciliar as descobertas feministas e dos sociólogos da família¹⁰⁴, Johnson publicou um artigo relativo à questão da (as)simetria de gênero na violência conjugal¹⁰⁵. Segundo o autor, a violência entre os parceiros íntimos não constitui um fenômeno unidirecional. Assim, feministas e sociólogos da família partem de premissas que podem ser verificadas como verossímeis. Os dois grupos acima citados utilizam, na verdade, amostragens diversas, que empregam diferentes tipos de violência e, por conseguinte, relacionam esses tipos de violência de forma dispar com o gênero. O autor chama atenção ainda para o fato de que os tipos de violência podem diferir a respeito das causas, natureza da violência em si, desenvolvimento da violência no transcorrer do relacionamento íntimo, consequências e tipo de intervenção necessária¹⁰⁶.

Os estudos que concluíram pela predominância da agressão masculina em desfavor das mulheres utilizaram amostras coletadas em tribunais, estabelecimentos policiais, hospitais e abrigos, cuja tendência inclinava-se à obviedade. Já os estudos que concluíram pela simetria de gênero na agressão conjugal valeram-se de amostras representativas ou gerais¹⁰⁷, que podem sofrer influência negativa quanto à imparcialidade¹⁰⁸.

Em análise de vários estudos que utilizaram a Conflict Tactics Scales (CTS), tanto com amostras colhidas em tribunais, polícias, hospitais e abrigos, como com amostras representativas ou gerais, Johnson¹⁰⁹ concluiu que, em ambos os casos, houve a identificação da violência por parceiro íntimo. No entanto, essa violência variou não apenas em relação à simetria de gênero, mas, igualmente, à frequência de incidentes por casal, escala, gravidade das lesões e mutualidade.

As amostras oriundas dos tribunais, polícias, hospitais e abrigos apontaram que a violência por parceiro íntimo era mais frequente, com maior probabilidade de crescimento, mais grave, e menos provável de ser mútua, sendo perpetrada quase que exclusivamente por homens; utilizada como uma forma de controle geral sobre “suas mulheres”, corroborando a perspectiva feminista¹¹⁰. Não obstante, para Johnson¹¹¹, a mesma assimetria, analisada a partir da perspectiva dos sociólogos da família, torna-se simétrica, visto que a violência familiar é tida como uma questão de conflito social, de maneira a suscitar duas hipóteses acerca das formas e dos padrões qualitativos dos diferentes tipos de violência praticada por parceiro íntimo: (i) a violência conjugal é uma estratégia geral de poder e controle, nominada pelo autor como terrorismo íntimo; e (ii) a violência conjugal não foi usada como forma de controle, sendo fruto, possivelmente, do agravamento do conflito conjugal, tida como violência situacional conjugal. Assim, para o pesquisador¹¹², os próprios tipos

¹⁰² JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁰³ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

¹⁰⁴ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

¹⁰⁵ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁰⁶ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁰⁷ Como, por exemplo, um grupo de estudantes de ambos os sexos que não necessariamente teve contato com a violência conjugal em um relacionamento íntimo.

¹⁰⁸ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁰⁹ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹¹⁰ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹¹¹ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹¹² JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v.

de violência conjugal são definidos pelo grau de controle do parceiro sobre o outro, sendo perfeitamente possível diferenciar os grupos entre controladores e não controladores.

O controle coercitivo envolve a capacidade de o indivíduo impor a outrem aquilo que não se deseja de forma voluntária, afetando, diretamente, a discricionariedade do alvo da coerção, restando clara a possibilidade de imposição de uma penalidade, se for necessário¹¹³. Quando há a conjugação da coação e do controle em um mesmo contexto, tem-se como resultado uma “condição de não liberdade”, experimentada como aprisionamento; pressupondo-se a vigilância¹¹⁴.

Assim, a partir do comportamento do indivíduo, Johnson¹¹⁵ identificou quatro tipos de violência conjugal: (i) violência conjugal situacional: situação na qual um indivíduo pode ser violento e não controlador, em um relacionamento com um parceiro que não seja violento, ou seja violento, mas não seja controlador. A violência é utilizada como uma forma de resposta a certo conflito, e não como meio para o exercício do controle sobre o parceiro. A violência conjugal situacional provoca, no entendimento de Johnson¹¹⁶, intervenções estatais, tais como, atendimento policial, visitas ao pronto-socorro, litigiosidade da questão perante o Poder Judiciário; sendo o tipo de violência usualmente estudado pelos sociólogos da família. É considerada pelo pesquisador como a forma mais comum de violência conjugal¹¹⁷; (ii) terrorismo patriarcal ou terrorismo íntimo: o indivíduo pode ser violento e controlador, em um relacionamento com um parceiro que não é violento, ou é violento, mas não é controlador. Para Johnson¹¹⁸, o que se intitula de “violência doméstica”, espancamento da parceira e abuso conjugal, na verdade, corresponde ao conceito de terrorismo patriarcal, atualmente nominado pelo autor como terrorismo íntimo¹¹⁹. No terrorismo íntimo o indivíduo procura exercer poder e controle sobre o parceiro, por intermédio de variadas táticas de controle, dentre as quais, inclui-se a violência, sendo uma forma mais frequente de violência, uma vez que existe a necessidade de o autor da agressão ressaltar o poder ou tentar subjugar a resistência. Para o autor¹²⁰, o terrorismo íntimo é a violência a que se refere a perspectiva feminista; (iii) resistência violenta: o indivíduo pode ser violento e não controlador, porém, em um relacionamento com um parceiro violento e controlador, na tentativa de exercer o controle geral e de poder sobre o outro. Nos relacionamentos heterossexuais, a resistência violenta seria praticada essencialmente por mulheres. Johnson¹²¹ aponta serem raros os casos em que as mulheres entendem que estão lidando com um parceiro tido como terrorista íntimo; e (iv) violência mútua: um indivi-

12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹¹³ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹¹⁴ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005. STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹¹⁵ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹¹⁶ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹¹⁷ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹¹⁸ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹¹⁹ JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005.

¹²⁰ JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

¹²¹ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

duo violento e controlador é parceiro de um indivíduo violento e controlador, ou seja, basicamente, seriam dois terroristas íntimos envolvidos em um combate mútuo.

Johnson¹²² ressalta que, nas pesquisas por ele examinadas, foram identificados vários itens que exploravam táticas de controle, mas não envolviam a violência contra o parceiro, o que motivou a criação de sete medidas que buscam averiguar as táticas de controle análogas às identificadas por Pence & Paymar¹²³ na Roda de Poder e Controle¹²⁴, quais sejam: ameaças; controle econômico; uso de privilégio e punição; uso de crianças; isolamento; abuso emocional; e controle sexual¹²⁵.

Aplicada a metodologia definida por Johnson¹²⁶ aos dados coletados por Frieze — década de 70 —, que entrevistou uma amostra contendo mulheres conhecidas por contatos com abrigos ou com o sistema de justiça, em razão da violência conjugal; e uma amostra integrada por um vizinho de cada casal classificado como violento¹²⁷, foi possível separar as amostras da pesquisa em dois clusters:

- (i) aquele que obteve média alta em todas as 7 táticas de controle; e
- (ii) aquele que obteve média relativamente baixa em todas as 7 táticas de controle.

Os resultados da análise feita por Johnson¹²⁸ permitiram a distinção da violência controladora e da violência não controladora em nível individual, ou seja, para cada parceiro — homem e mulher.

Nas amostras em que se identificou o chamado terrorismo íntimo, verificou-se que o homem foi identificado como o parceiro violento, pois, dos 97 participantes, 94 eram homens; o que permite afirmar que nesse tipo de violência há uma predominância, mas não uma exclusividade, masculina¹²⁹. As tradições patriarcais do casamento podem afetar, especialmente, o terrorismo íntimo, ante a importância de se exercer o controle¹³⁰. Pesquisas demonstraram que, nas situações em que houve o emprego da coerção pela força, os maridos se valiam das normas sociais relativas ao gênero e à família como meio de privar as parceiras da liberdade de “serem elas mesmas” e da liberdade de fazer “o que quisessem”¹³¹. Não é incomum que as vítimas do terrorismo íntimo relatem que os impactos psicológicos sofridos (medo, ansiedade, perda da autoestima, depressão e o estresse pós-traumático) superam as consequências das agressões físicas¹³².

¹²² JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹²³ PENCE, Ellen; PAYMAR, Michael. *Education groups for men who batter: the duluth model*. New York: Springer, 1993.

¹²⁴ Em 1984, a feminista Ellen Pence foi a responsável pela criação do Modelo Duluth (também intitulado Modelo Pence ou *Domestic Abuse Intervention Project – DAIP*), cujo objetivo é a redução da violência doméstica praticada em face das mulheres. Entende Pence que o uso da violência pelo agressor, embora, em alguns casos, possa ser pouco frequente, reforça outras táticas de controle, inseridas no que a autora identificou como Roda de Poder e Controle (intimidação; abuso emocional; isolamento; minimização, negacionismo, culpabilização; uso das crianças; emprego do privilégio masculino; abuso econômico; uso da coerção e ameaças), as quais prejudicam o parceiro do agressor, em especial a capacidade de agir autonomamente, e buscam o domínio e o controle do outro. Segundo a autora, tais táticas são empregadas para sustentar o racismo, o preconceito de idade, classismo, antissemitismo e outras formas de dominação do grupo.

¹²⁵ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

¹²⁶ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹²⁷ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

¹²⁸ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹²⁹ JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

¹³⁰ JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005.

¹³¹ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹³² JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and

Já na resistência violenta, Johnson¹³³ constatou que se trata de um tipo de violência quase totalmente praticado por mulheres (em relacionamentos heterossexuais), aparecendo tanto nos casamentos, como nas chamadas uniões estáveis¹³⁴. Kelly & Johnson¹³⁵ sinalizam que a estatística pode guardar relação com o fato de que as mulheres respondem à agressão praticada pelo parceiro íntimo com a própria violência, ou seja, dito a partir de um conceito jurídico, a violência seria um mecanismo de legítima defesa. A resistência violenta não chega a motivar confrontos que demandem a aplicação da lei ao caso concreto, pois são de curta duração, notadamente pelo fato de que as mulheres que resistem à violência passam a entender que responder às agressões com violência pode ser ineficaz, podendo, inclusive, haver uma piora na situação violenta¹³⁶. Entretanto, Johnson¹³⁷ aponta que o homicídio praticado pela mulher em face do parceiro violento pode ser classificado como uma espécie de resistência violenta, especialmente quando motivado por um ato desesperado de contenção da violência sofrida em um relacionamento abusivo.

A respeito da violência conjugal situacional, tem-se uma proximidade com a simetria de gênero, confirmada, inclusive, por outros pesquisadores¹³⁸, pois há a presença de uma violência individual não controladora, em um contexto em que nenhum dos parceiros é violento e controlador. Sobre o tema, Johnson¹³⁹ destacou que os dados sobre a frequência e as consequências da violência conjugal situacional demonstram que, por outros critérios, os homens tendem a ser mais violentos do que as mulheres, ainda que nesse contexto. Há uma variabilidade na natureza da violência conjugal situacional que necessita ser mais bem explorada, uma vez que, em alguns casos, a violência é utilizada de forma esporádica, em outros, a violência pode afetar os parceiros íntimos de forma crônica¹⁴⁰, havendo pouca probabilidade de escalar ao longo do tempo, podendo parar por completo, especialmente após o rompimento do vínculo afetivo¹⁴¹. Quanto aos efeitos da violência conjugal situacional, são verificados menos problemas de saúde para as mulheres quando há uma comparação com aquelas que foram vítimas de terrorismo íntimo¹⁴².

Em relação à violência mútua, embora as amostras da pesquisa não fossem consideráveis, conclui-se que, nesse tipo de violência, há, de fato, uma simetria, principalmente pelo fato de ambos os parceiros serem violentos e controladores¹⁴³.

Johnson¹⁴⁴ destaca que, no terrorismo íntimo dos homens, as parceiras esporadicamente respondem à violência; o que não ocorre com a mesma frequência na violência conjugal situacional, corroborando o

implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹³³ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹³⁴ JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005.

¹³⁵ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹³⁶ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹³⁷ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹³⁸ JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014. KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹³⁹ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁴⁰ JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.

¹⁴¹ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹⁴² KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹⁴³ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁴⁴ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v.

entendimento no sentido de que tais tipos de violência não representam o mesmo fenômeno¹⁴⁵. O pesquisador ressalta que as amostras gerais de pesquisa tendem a abordar, essencialmente, a violência conjugal situacional, o que não se verifica nas amostras dos tribunais, polícias, hospitais e abrigos, as quais ressaltam, basicamente, o terrorismo íntimo¹⁴⁶. As amostras das pesquisas que buscam a distinção entre os tipos de violência e utilizam dados relacionados aos companheiros atuais incorrem em vieses, visto que há pouca incidência do terrorismo íntimo e da violência conjugal situacional¹⁴⁷. Os vieses presentes nas amostras utilizadas nas pesquisas podem motivar a ocorrência de erros, a exemplo do artigo que tratou da chamada “síndrome do marido maltratado”¹⁴⁸, que inaugurou os debates acerca da simetria de gênero, e utilizou dados de amostras que representavam, principalmente, a violência conjugal situacional, a fim de comprovar de que parceiras íntimas mulheres eram terroristas íntimas em número maior do que o número de parceiros íntimos homens.

Johnson¹⁴⁹ ressalta a necessidade de que as pesquisas que estudem a violência conjugal entre parceiros íntimos questionem as táticas de controle e o tipo de violência empregada por ambos, ainda que seja empregado a CTS, considerando a contribuição do instrumento para as pesquisas já realizadas.

5 A Teoria de Michael P. Johnson e sua aplicação em outras pesquisas

Archer & Graham-Kevan¹⁵⁰ utilizaram a tipologia de Johnson¹⁵¹ em suas pesquisas, cujos resultados apresentaram algumas proporções semelhantes àquelas encontradas na pesquisa de Johnson¹⁵², em 1999, divergindo em outras previsões, já que, na amostra selecionada, diferentemente dos resultados apresentados por Johnson, verificou-se que os grupos enquadrados como “terrorismo íntimo” e “resistência violenta” continham proporções semelhantes de homens e mulheres. Archer & Graham-Kevan¹⁵³ ressaltaram que a tipologia prevista por Johnson apresentou alguma utilidade para a pesquisa, e, assim como Johnson, chamam atenção para o fato de que os resultados podem ser influenciados pela amostra escolhida, sendo necessário que a pesquisa do autor seja melhor investigada. Além disso, sugeriram que a agressão ao parceiro íntimo pode ser um problema humano, em vez de um problema masculino, o que permite que as políticas

12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁴⁵ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁴⁶ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁴⁷ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁴⁸ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. STEINMETZ, Suzanne K. The battered husband syndrome. *Victimology: An International Journal*, v. 2, n. 3-4, p. 499-509, 1978.

¹⁴⁹ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁵⁰ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

¹⁵¹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁵² JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁵³ ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

de prevenção e tratamento foquem na natureza da agressão e não no gênero da vítima ou do agressor, exclusivamente.

Graham-Kevan & Archer¹⁵⁴ identificaram 5 tipos de comportamentos controladores (econômico; ameaças; intimidação; abuso emocional; e isolamento), os quais foram avaliados como alto ou baixo. Os pesquisadores¹⁵⁵ concluíram, por oportuno, que os agentes do terrorismo íntimo perpetram mais atos de agressão física do que os agentes da violência conjugal situacional, havendo uma assimetria na agressão no terrorismo íntimo e uma simetria da agressão na violência conjugal situacional¹⁵⁶. Assim como Johnson¹⁵⁷, Graham-Kevan & Archer¹⁵⁸ identificaram que os autores de terrorismo íntimo são mais propensos a escalar o uso de agressão física do que os autores da violência conjugal situacional. Destacaram, ainda, que a violência conjugal situacional foi identificada em 94% das amostras gerais, corroborando a afirmação de Johnson¹⁵⁹ de que o terrorismo íntimo incide quase exclusivamente nas amostras provenientes de abrigos — embora os pesquisadores critiquem o uso da expressão. Já a respeito da simetria da violência conjugal entre os sexos, Graham-Kevan & Archer¹⁶⁰ concluíram que a agressão parece ser predominantemente simétrica em relação ao sexo na amostra dos estudantes, na amostra dos prisioneiros e nas amostras dos programas de atenção à violência conjugal, ainda que não completamente, havendo uma forte assimetria nas amostras dos abrigos para mulheres; e a análise do terrorismo íntimo e da resistência violenta é influenciada pelas amostras do abrigo. A dinâmica dos relacionamentos, em que apenas um dos parceiros emprega a agressão física, ainda que fora do contexto de controle, pode implicar agressão física verdadeiramente bidirecional. Ainda segundo os pesquisadores, a CTS parece ser uma medida adequada para se aferir a agressão física, tanto para amostras selecionadas como aquelas não selecionadas. A pesquisa de Johnson¹⁶¹ também se alinha aos dois principais tipos principais de agressão física identificados pelos pesquisadores feministas e sociólogos da família, sendo necessários mais estudos para melhor averiguação.

As predições de Johnson¹⁶² podem ser verificadas, de igual forma, no estudo de Dutton & Goodman¹⁶³, segundo o qual pesquisadores da família têm encontrado resultados que demonstram que homens e mulheres recorrem à violência em proporções semelhantes.

Ainda nesse sentido, pesquisas destacam que o uso da violência por mulheres envolve, em grande parte, a autodefesa ou revide, reconhecida por Johnson¹⁶⁴ como resistência violenta¹⁶⁵. Dutton & Goodman¹⁶⁶

¹⁵⁴ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁵⁵ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁵⁶ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁵⁷ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁵⁸ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁵⁹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁶⁰ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁶¹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁶² JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁶³ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

¹⁶⁴ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁶⁵ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

¹⁶⁶ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*,

chamam atenção para um ponto interessante que se refere à diferenciação entre o abuso psicológico e o controle coercitivo citado por Johnson¹⁶⁷, especialmente em razão de que os instrumentos utilizados para se mensurar o abuso psicológico não consideram táticas utilizadas para se controlar o parceiro. Um exemplo utilizado pelos pesquisadores para diferenciar tais conceitos refere-se ao fato de que há a coerção quando o parceiro ou a parceira utiliza a ameaça de não permitir contato com a família, caso a vítima da violência, independentemente do gênero, aborde no diálogo familiar a violência vivenciada; fenômeno que se difere da humilhação¹⁶⁸.

Em pesquisa realizada no México, Lira & Méndez¹⁶⁹, apesar de destacarem as limitações do estudo, evidenciaram que, nas amostras categorizadas como terrorismo íntimo, foram identificadas características que corroboram as observações de Johnson¹⁷⁰, pois foram identificadas na pesquisa ações que objetivavam o controle geral sobre o parceiro íntimo.

Sobre o controle coercitivo abordado por Johnson¹⁷¹, Dutton & Goodman¹⁷² entendem como oportuno um estudo mais aprofundado acerca da noção conceitual do citado controle, inclusive no contexto legal. Kelly & Johnson¹⁷³ destacam que o controle coercitivo deve ser considerado como um importante preditor em relação ao risco da violência continuada, a qual pode acarretar uma agressão letal. A afirmação se alinha com a pesquisa de Ávila *et al.*¹⁷⁴, conforme a qual, em 88,2% dos casos de feminicídio praticados no Brasil, o agressor teria praticado, precedentemente, atos de controle coercitivos baseados em “sentimento de posse”.

Stark & Hester¹⁷⁵ elucidam que o nível de controle pode aumentar, ainda que não se tenha risco de que a mulher vítima da violência conjugal sofra lesões graves ou fatais, uma vez que o controle coercitivo prejudica a capacidade de autonomia, resistência e evasão do abuso.

Na Inglaterra, Escócia, República da Irlanda, Irlanda do Norte, Tasmânia e Austrália há o crime de “comportamento coercitivo e controlador”, fato que suscitou uma controvérsia sobre o tema do ponto de vista legal, notadamente em razão da lacuna existente entre a experiência das mulheres vítimas de agressões por parceiros íntimos e a resposta legal à situação, que refletiu as diferenças de gênero na compreensão do abuso¹⁷⁶.

v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

¹⁶⁷ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁶⁸ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

¹⁶⁹ LIRA, Luciana Ramos; MÉNDEZ, Maria Teresa Saltijeral. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, v. 31, n. 6, p. 469-478, 2008.

¹⁷⁰ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁷¹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁷² DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

¹⁷³ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

¹⁷⁴ ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

¹⁷⁵ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹⁷⁶ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

De acordo com Stark & Hester¹⁷⁷, em consulta realizada pelo Ministério do Interior britânico, no ano de 2012, concluiu-se que o “controle coercitivo” seria a melhor resposta intergovernamental para a lacuna acima identificada, sendo definido a fim de incluir

qualquer incidente ou padrão de incidentes de comportamento controlador, coercitivo ou ameaçador, violência ou abuso entre aqueles com 16 anos ou mais que são ou foram parceiros íntimos ou membros da família, independentemente de gênero ou sexualidade¹⁷⁸.

Stark & Hester¹⁷⁹ destacaram que, para o governo britânico, o comportamento controlador tem relação com a capacidade de um indivíduo tornar o outro como seu subordinado ou dependente, de maneira a isolar as fontes de apoio, explorando os recursos e as capacidades para ganho pessoal, a fim de privar a pessoa agredida de formas e meios para garantir a independência, resistência e fuga, alinhando-se à conceituação de Johnson¹⁸⁰. Para Stark & Hester¹⁸¹, o controle coercitivo não é um tipo de violência, mas sim um elemento de controle.

Contudo, embora o controle coercitivo seja tema central para se distinguir acerca dos principais tipos de violência trazidos por Johnson¹⁸², os pesquisadores reconhecem uma carência no que respeita a um instrumento eficaz para se avaliar o grau de controle¹⁸³. Em sua pesquisa, Johnson¹⁸⁴ empregou a CBS, que revelou dois clusters: alto (terrorismo íntimo) e baixo controle (violência conjugal situacional).

Uma pesquisa envolvendo clusters considera uma técnica que busca conjuntos de respostas semelhantes, a partir das variáveis que foram incluídas na análise¹⁸⁵. No caso da pesquisa realizada por Johnson¹⁸⁶, as variáveis incluíram diversas táticas não violentas utilizadas para controlar o parceiro (ameaça, isolamento etc.).

O desafio da mensuração tem relação com o fato de que muitas das táticas que configuram o controle coercitivo podem ocorrer em relacionamentos com pouca duração ou ao longo dos anos. Assim, à medida que o controle persiste, pode surgir um grupo pequeno de ações classificadas como infrações penais, cuja aferição poderá ser comparada, de forma simples, a um problema de saúde e não de violência conjugal¹⁸⁷.

Embora haja dificuldade de mensuração, o controle coercitivo se mostra como um elemento importante na elaboração de medidas voltadas à violência conjugal, uma vez que os dados fornecem e refletem as mais

¹⁷⁷ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹⁷⁸ “Any incident or pattern of incidents of controlling, coercive or threatening behavior, violence or abuse between those aged 16 or over who are or have been intimate partners or family members regardless of gender or sexuality” (UK Home Office, 2013, tradução nossa).

¹⁷⁹ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹⁸⁰ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁸¹ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹⁸² JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁸³ HARDESTY, Jennifer et al. Toward a standard approach to operationalizing coercive control and classifying violence types. *Journal of Marriage and Family*, n. 77, p. 833-843, ago. 2015.

¹⁸⁴ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁸⁵ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

¹⁸⁶ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁸⁷ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

variadas táticas de controle e coerção utilizadas pelos perpetradores da violência entre parceiros íntimos¹⁸⁸, sendo um importante preditor de risco em relação à frequência, ao prejuízo e à escalada da agressão física¹⁸⁹.

6 Estudo empírico sobre o controle coercitivo em quatro grupos de brasileiros

Como apontado inicialmente, investigou-se a incidência do controle coercitivo entre casais heterossexuais e a violência conjugal, no contexto brasileiro, com base na teoria desenvolvida por Michael P. Johnson¹⁹⁰ em sua obra *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*.

Por intermédio da coleta de dados, detalhada nos próximos tópicos, buscou-se responder às seguintes perguntas de pesquisa:

- (i) O controle coercitivo é um componente significativo nos relacionamentos conjugais heterossexuais em que ocorre violência conjugal grave?
- (ii) Existe diferença entre o grau de controle coercitivo entre mulheres que sofreram violência e homens que praticaram violência e os que (presumidamente) não sofreram tal violência (representados, na pesquisa, pelos estudantes e, em menor grau, pelos grupos reflexivos)?
- (iii) O grau de controle coercitivo varia conforme o gênero, a renda, a escolaridade, a raça e o tempo de relacionamento?

Com base na teoria de Johnson¹⁹¹, adaptada ao contexto brasileiro, extraíram-se as seguintes hipóteses:

- (i) as mulheres que sofrem violência grave vivem relacionamentos em que são altamente controladas coercitivamente, em comparação ao ‘grupo de controle’ (estudantes e voluntários);
- (ii) os homens que praticam violência grave exercem um significativo (isto é, alto, em comparação com o grupo de controle) grau de controle coercitivo sobre suas companheiras;
- (iii) os homens, em geral, são mais propensos a exercer controle coercitivo do que as mulheres.

Para o teste das hipóteses acima referenciadas, realizou-se uso de um questionário virtual, aplicado com participantes heterossexuais de quatro grupos distintos:

- (i) grupos reflexivos e responsabilizantes para homens autores de violência doméstica: integrados por homens que ingressaram no sistema de justiça em razão da prática de violências previstas na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340, de 2006) e no Código Penal. Há dois subgrupos na referida amostra:
 - (i.i) homens que estão em cumprimento de medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, previstas na Lei Maria da Penha, bem como de condições estabelecidas judicialmente para a suspensão condicional do processo, previsto na Lei n.º 9.099/95. Esses homens participaram das oficinas conduzidas nos

¹⁸⁸ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

¹⁸⁹ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁹⁰ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

¹⁹¹ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

grupos que funcionam no âmbito do Programa “E agora, José?”¹⁹²; no VI Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro¹⁹³; e no Grupo Refletir¹⁹⁴; e

(i.ii) homens que foram processados, julgados e sentenciados criminalmente pela prática de crimes em face de suas atuais ou antigas parceiras, tais como injúria (artigo 140 do Código Penal); ameaça (artigo 147 do Código Penal); lesão corporal no âmbito da violência doméstica (§9º do artigo 129 do Código Penal); feminicídio consumado ou tentado (artigo 121, §2º, inciso VI e artigo 14 do Código Penal); descumprimento de medidas protetivas de urgência (artigo 24-A da Lei Maria da Penha); violência doméstica e familiar contra a mulher (artigo 5º da Lei Maria da Penha), e que cumprem suas respectivas penas no Centro de Internamento Reeducar – CIR (Complexo Prisional da Papuda, localizado em Brasília – Distrito Federal)¹⁹⁵;

(ii) grupos de estudantes de graduação: compostos por estudantes de nível superior, dos sexos feminino e masculino, maiores de dezoito anos, que mantiveram ou ainda mantêm um relacionamento heteroafetivo, independentemente de ter ocorrido ou não a violência conjugal;

(iii) grupos de mulheres abrigadas ou vítimas de violência: integrados por mulheres que foram vítimas de violência conjugal e que foram abrigadas ou não em razão dessa violência, em locais disponibilizados pelo Estado ou em parceria com o Estado. Participaram da pesquisa mulheres que foram atendidas pela Casa Abrigo Canto de Dália (Londrina/PR); Casa Abrigo Viva Rosa (Joinville/SC); pelos Centros de Defesa e Convivência da Mulher “Casa Viviane dos Santos” e “Casa Anastácia” (São Paulo/SP); pela Casa Poderosa (São Sebastião/SP); e pelo Centro Especializado de Atendimento à Mulher da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (CEAM-Brasília/DF); e

(iv) grupos voluntários: a amostra é integrada por homens e mulheres que frequentam os grupos voluntários do Programa “E agora, José?”, e por mulheres participantes do “Projeto Borboleta”¹⁹⁶ e de outros grupos também conduzidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Nos grupos voluntários, cuja demanda é espontânea, são tratados temas relacionados à questão da violência conjugal, entre outras pautas, independentemente de seus participantes terem sofrido ou praticado algum ato de violência conjugal.

¹⁹² Trata-se de um grupo socioeducativo de responsabilização de homens, conduzido pela Entre Nós – Assessoria, Educação e Pesquisa em Gênero e Raça, fundada em 2004, por um grupo de mulheres e de homens, a fim de desenvolver projetos voltados ao enfrentamento da violência contra as mulheres. O Programa “E agora, José?” tem parceria com o Tribunal de Justiça de São Paulo, com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e com a Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária. Os encontros semanais são realizados presencial e remotamente, e são conduzidos pelos facilitadores do “E agora, José?” (total de 20 oficinas por grupo). A equipe do programa é composta por coordenadores, facilitadores e supervisores, recebendo homens em razão do cumprimento de medidas protetivas de urgência, em cumprimento das condições fixadas judicialmente para a aplicação do SURSIS, e por demanda espontânea (chamados de grupos voluntários). Disponível em: <https://eagorajosepelofimdaviolenciacontramulher.wordpress.com/inicio/>.

¹⁹³ O público-alvo são homens cuja sentença condenatória impõe ao condenado participação no grupo e aqueles cuja ação penal está em andamento e na qual vigora medida protetiva de urgência. Disponível em: <http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/grupo-reflexivo-de-autores-em-situacao-de-violencia-domestica>.

¹⁹⁴ São grupos reflexivos integrados por profissionais da segurança pública autores de violência doméstica e/ou familiar contra a mulher, e que são desenvolvidos pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/30911-pmdf-participa-de-webinario-destinado-a-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia>.

¹⁹⁵ No complexo prisional os grupos reflexivos e responsabilizantes são conduzidos por psicólogas, em salas destinadas às oficinas, as quais tratam de variados assuntos, como gênero, masculinidades, violência conjugal. As profissionais contam, ainda, com a presença de escolta policial durante as oficinas.

¹⁹⁶ O “Projeto Borboleta” é conduzido pelo 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Além de reunir, semanalmente, cerca de vinte mulheres que figuram em processos judiciais com a temática violência conjugal, a fim de promover um diálogo acolhedor acerca de suas vivências, dispõe de um grupo de whatsapp, do qual participam cem mulheres, que busca propiciar a troca de experiências e escuta. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/acoes-institucionais/grupo-on-line-de-acolhimento-para-mulheres-vitimas-de-violencia/>.

O instrumento de pesquisa selecionado, à semelhança dos estudos de Johnson¹⁹⁷ e de Graham-Kevan & Archer¹⁹⁸, visa aferir o controle coercitivo dos entrevistados e de seus parceiros, permitindo a separação das amostras da pesquisa em dois clusters: controladores e submetidos a controle coercitivo. Para aferição do grau de controle coercitivo, utilizaram-se 24 itens de escala comportamental que integram a Controlling Behaviors Scale (CBS), desenvolvidos por Johnson¹⁹⁹, a partir da literatura que trata sobre Domestic Abuse Intervention Project (DAIP). A CBS é integrada por 5 (cinco) subescalas, as quais tratam de um tipo específico de tática de controle, quais sejam: economic abuse, coercion and threats, intimidation, emotional abuse e isolation²⁰⁰.

A tradução da CBS foi realizada por dois profissionais com formação em língua inglesa. Compararam-se as duas versões, adaptando-as para o idioma português, a fim de que as perguntas e as medidas selecionadas pudessem produzir as conclusões necessárias à construção das respostas das perguntas de pesquisa, observada a validação, conforme demonstrado a seguir.

O instrumento de pesquisa foi aplicado entre maio e novembro de 2022²⁰¹. Os dados, após a coleta e o respectivo tratamento, foram inseridos no software de análise estatística jamovi²⁰², com o objetivo de realizar testes estatísticos. Estabeleceu-se um número mínimo de 30 participantes para cada grupo.

Para a obtenção dos resultados, utilizou-se uma amostra composta por um total de 141 participantes, sendo 88 mulheres e 53 homens, como descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Total de amostra separada por gênero

	Gênero	Amostra
N	F	88
	M	53

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Os participantes foram distribuídos em 4 grupos distintos, conforme Tabela 2: (i) Grupos de Estudantes de Graduação (GEG: 38 participantes – mulheres e homens heterossexuais); (ii) Grupos de Mulheres Abrigadas ou Vítimas de Violência (GMAVV: 35 participantes – exclusivamente mulheres heterossexuais); (iii) Grupos Reflexivos (GR: 38 participantes – exclusivamente homens heterossexuais); e (iv) Grupos Voluntários (GV: 30 participantes – mulheres e homens heterossexuais).

Tabela 2 – Total da amostra separada por grupos e por gênero

	Amostra	Gênero	Participantes
N	GEG	F	29
		M	9
	GMAVV	F	35
		M	0
	GR	F	0

¹⁹⁷ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

¹⁹⁸ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in fours british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

¹⁹⁹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²⁰⁰ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in fours british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

²⁰¹ A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas envolvendo Seres Humanos – CEPH/FGV, em maio de 2022, conforme Parecer n.º 061/2022, sendo estendida até novembro de 2022, em razão da necessidade de finalização da coleta dos dados, também após aprovação do CEPH/FGV, nos termos do Parecer Aditivo n.º 061/2022.

²⁰² The jamovi project (2022). jamovi. (Version 2.3) [Computer Software]. Retrieved from <https://www.jamovi.org>.

Amostra	Gênero	Participantes
	M	38
GV	F	24
	M	6

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Inseriram-se, no instrumento de pesquisa, dados demográficos, a fim de permitir recorte voltado à raça, gênero, idade, renda, escolaridade e tempo de relacionamento.

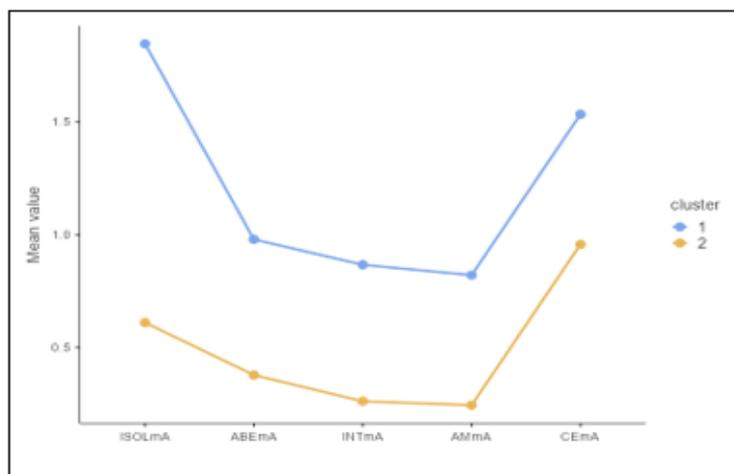
Quanto à aferição das táticas de controle coercitivo (econômico, ameaças, intimidação, abuso emocional e isolamento), utilizou-se, em cada pergunta do questionário, a escala Likert, variando de 0 a 4²⁰³. Cada participante respondeu às perguntas de pesquisa atribuindo as escalas disponíveis ao seu próprio comportamento e ao comportamento do(a) pretérito(a) ou do(a) atual parceiro(a). Seguindo o procedimento recomendado por Graham-Kevan & Archer (2003), separaram-se as amostras das pesquisas em dois clusters: controladores e submetidos a controle coercitivo, por intermédio da *k-means analysis*.

Os testes estatísticos utilizados foram o T-Test (Mann-Whitney U) e a One-Way ANOVA (Kruskal-Wallis); além da análise descritiva dos dados. A confiabilidade do instrumento de pesquisa foi verificada com o emprego do Alfa de Cronbach²⁰⁴ e do Ômega de McDonald's²⁰⁵.

6.1 Resultados

No gráfico 1, que resultou da *k-means analysis*, descrevem-se os resultados obtidos quanto ao *cluster* relacionado aos participantes classificados como controladores, com base na aferição das táticas de controle coercitivo (controle econômico, ameaça, intimidação, abuso emocional e isolamento). Sendo 1 alto exercício de controle coercitivo e 2 baixo exercício de controle coercitivo.

Gráfico 1 – *Cluster* Controladores



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

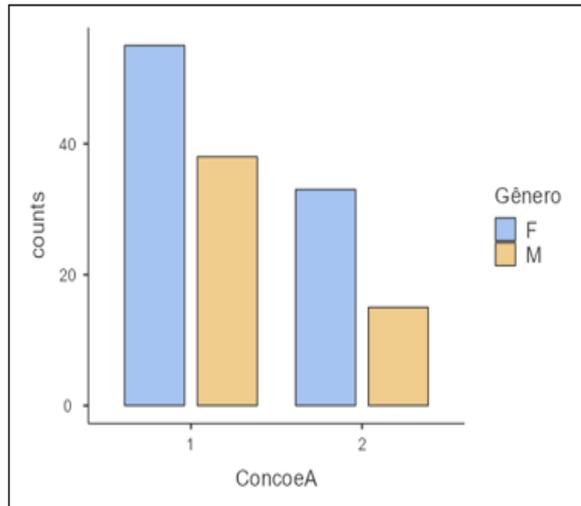
Em relação ao *cluster* controladores, a análise descritiva indica que houve o uso de controle coercitivo tanto no *cluster* 1 (alto exercício de controle coercitivo) como no *cluster* 2 (baixo exercício de controle coercitivo), por mulheres e por homens, conforme o gráfico 2.

²⁰³ 0 (nunca); 1 (muitas vezes); 2 (ocasionalmente); 3 (raramente); e 4 (sempre).

²⁰⁴ Resultado do Alfa de Cronbach em cada escala: controle econômico (0.647); ameaça (0.732); intimidação (0.763); abuso emocional (0.868); isolamento (0.826).

²⁰⁵ Resultado do Ômega de McDonald's em cada escala: controle econômico (0.677); ameaça (0.725); intimidação (0.755); abuso emocional (0.865); isolamento (0.826).

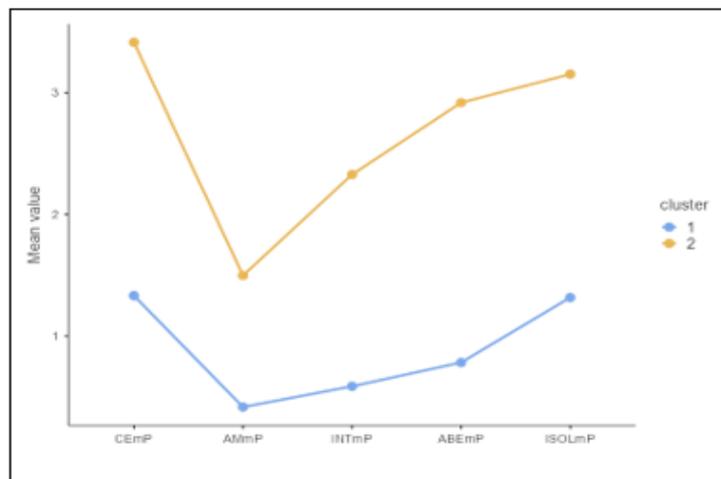
Gráfico 2 – *Cluster* Controladores por gênero e por nível de controle – alto (1) ou baixo (2)



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Também a partir da *k-means analysis*, no gráfico 3, apresentam-se os resultados alcançados quanto ao *cluster* relacionado aos participantes classificados como submetidos a controle coercitivo, do mesmo modo, a partir da aferição das táticas de controle coercitivo (controle econômico, ameaça, intimidação, abuso emocional e isolamento). Sendo 1 baixa submissão a controle coercitivo e 2 alta submissão a controle coercitivo.

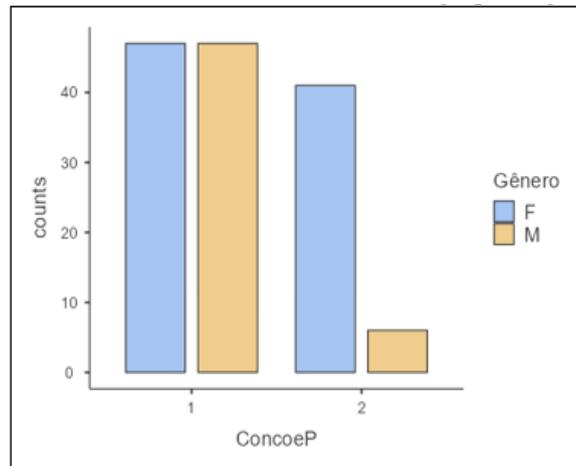
Gráfico 3 – *Cluster* Submetidos a controle coercitivo



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

A análise descritiva do *cluster* submetidos a controle coercitivo, a partir dos níveis de controle relacionados ao gênero, indica que mulheres e homens declararam ter se submetido ou ainda se submeter a algum nível de controle coercitivo, conforme o gráfico 4.

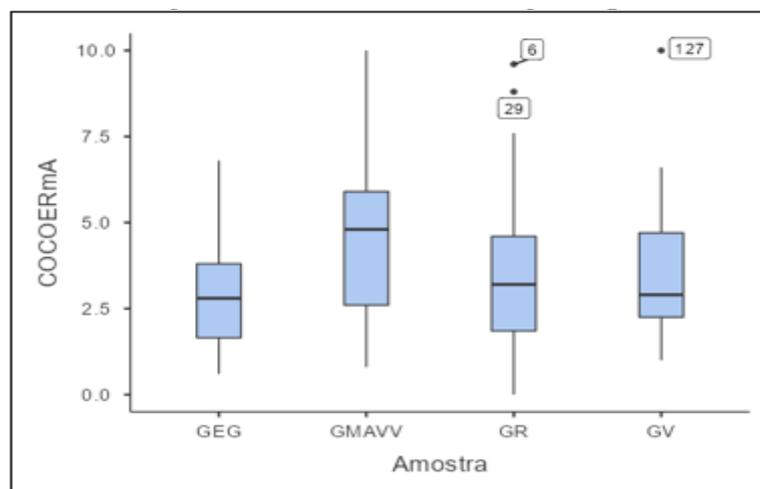
Gráfico 4 – *Cluster* Submetidos a controle coercitivo por gênero e por nível de controle – baixo (1) e alto (2)



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

O gráfico 5, elaborado a partir do teste estatístico *One-Way ANOVA (Kruskal-Wallis)*, permite inferir o grau de exercício do controle coercitivo (baixo ou alto) encontrado em cada grupo que compõe a amostra da pesquisa. Após a testagem, obteve-se $p = 0.011$, o que aponta a existência de significância em relação ao quanto cada um dos grupos da amostra exerceu o controle coercitivo.

Gráfico 5 – Grupos de indivíduos controladores que integram a amostra

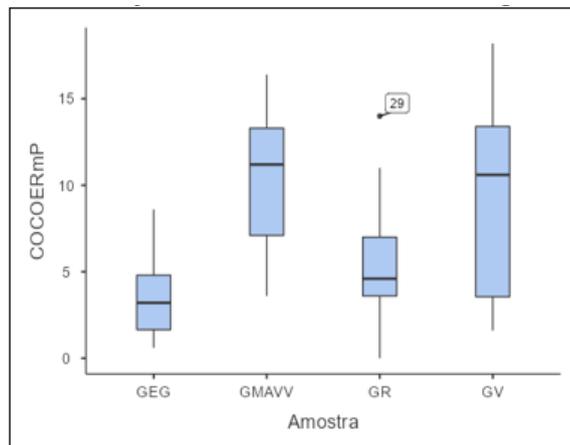


Fonte: Elaboração dos autores (2022).

O grupo de estudantes de graduação ($N=38$) apresentou o menor índice relacionado ao exercício do controle coercitivo, ou seja, seus integrantes são pouco controladores; havendo uma pequena variação entre o grupo voluntário (composto por mulheres e por homens que sofreram ou praticaram algum ato de violência conjugal ($N=30$)) e o grupo reflexivo (integrado por homens autores de violência conjugal ($N=38$)) que ingressaram no sistema de justiça: tanto aqueles que estão em cumprimento da suspensão condicional do processo como os que estão em cumprimento de pena no Complexo Prisional da “Papuda”, localizado em Brasília – Distrito Federal). Em relação ao grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência conjugal ($N=35$), chama atenção o fato de que o referido grupo tenha se sobressaído como aquele em que houve a maior prática de controle coercitivo. Outro ponto interessante refere-se ao fato de que todos os participantes, independentemente do grupo que integram, a partir das respostas às perguntas do questionário aplicado, foram identificados, em algum grau, como indivíduos controladores.

No gráfico 6, que deriva do teste estatístico *One-Way ANOVA (Kruskal-Wallis)*, são apresentados os resultados relacionados ao grau de submissão ao controle coercitivo (alto ou baixo) medido em cada grupo que compõe a amostra da pesquisa. Após a testagem, obteve-se $p < .001$, o que indica a existência de significância em relação ao quanto cada um dos grupos da amostra se submeteu a controle coercitivo.

Gráfico 6 – Grupos de indivíduos submetidos a alto ou baixo grau de controle coercitivo que integram a amostra

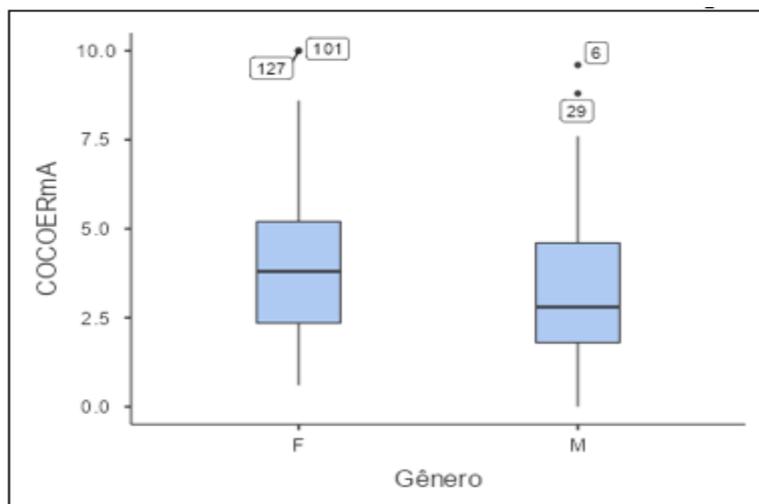


Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Em análise aos resultados, percebe-se que os participantes que compõem o grupo de estudantes de graduação (N=38) foram submetidos a um baixo grau de controle coercitivo, seguido pelo grupo reflexivo (N=38). Realizada a comparação dos grupos da amostra, identificou-se relevante significância entre o grupo de estudantes de graduação e o grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência conjugal ($p < .001$); e o grupo de estudantes de graduação e o grupo voluntário ($p < .001$). Também visualizou-se expressiva significância após a comparação do grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência conjugal com o grupo reflexivo ($p < .001$). Por outro lado, no grupo voluntário (N=30) e no grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência conjugal (N=35), conclui-se que os participantes foram submetidos a alto grau de controle coercitivo, e, por conseguinte, figuraram como indivíduos altamente controlados coercitivamente por seus parceiros.

No gráfico 7, apresentaram-se os resultados quanto ao grau de exercício do controle coercitivo, conforme o gênero, a partir do uso T-Test (*Mann-Whitney U*). Ambos os gêneros se declararam como controladores, não havendo representatividade no que respeita à variação do grau de controle ($p = 0.116$).

Gráfico 7 – Grau de exercício do controle coercitivo conforme o gênero

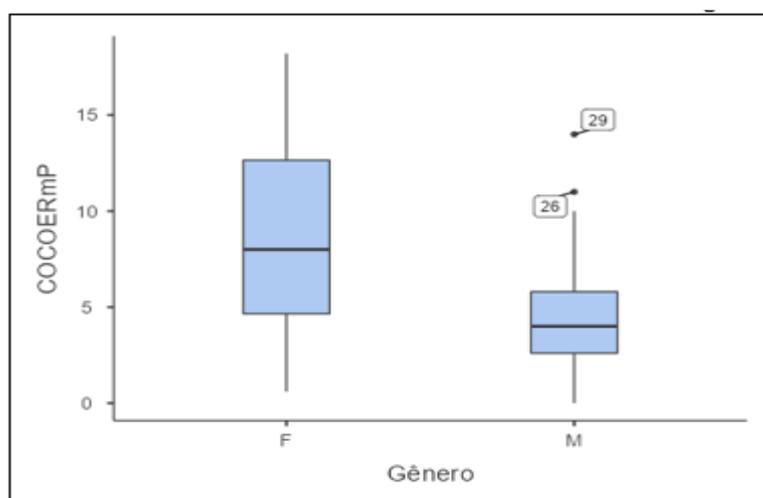


Fonte: Elaboração dos autores (2022).

No gráfico 8, criado a partir do teste estatístico T-Test (*Mann-Whitney U*), estão dispostos os resultados relativos ao grau de submissão a controle coercitivo, conforme o gênero. Após a testagem, obteve-se $p < .001$. O resultado indica diferença estatisticamente significativa quanto ao grau de submissão a controle coercitivo em razão do gênero.

Embora tanto mulheres quanto homens tenham declarado ter se submetido, ou ainda se submeter, a algum grau de controle coercitivo, observa-se que as mulheres são mais propensas a sofrer essa modalidade de controle, sendo representativa a variação quanto ao grau.

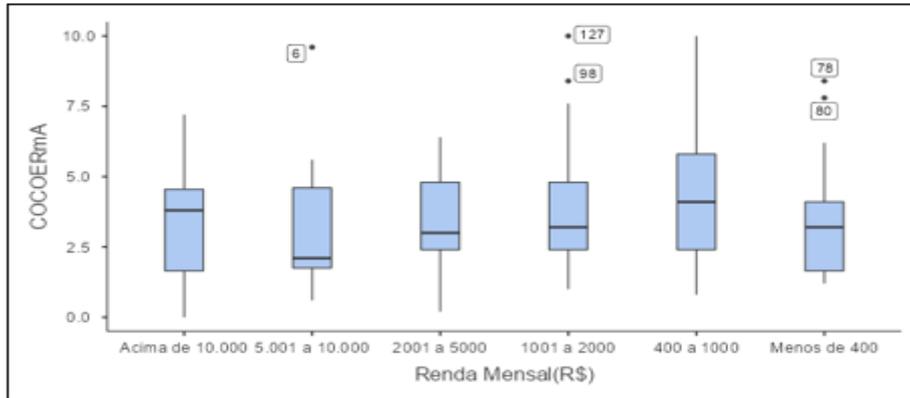
Gráfico 8 – Grau de submissão a controle coercitivo conforme o gênero



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

No gráfico 9, elaborado a partir do teste *One-Way ANOVA (Kruskal-Wallis)*, apresentam-se os resultados do grau de exercício do controle coercitivo conforme a renda. Infere-se que a prática do controle coercitivo pelos participantes não apresenta considerável relação com a renda familiar ($p = 0.373$).

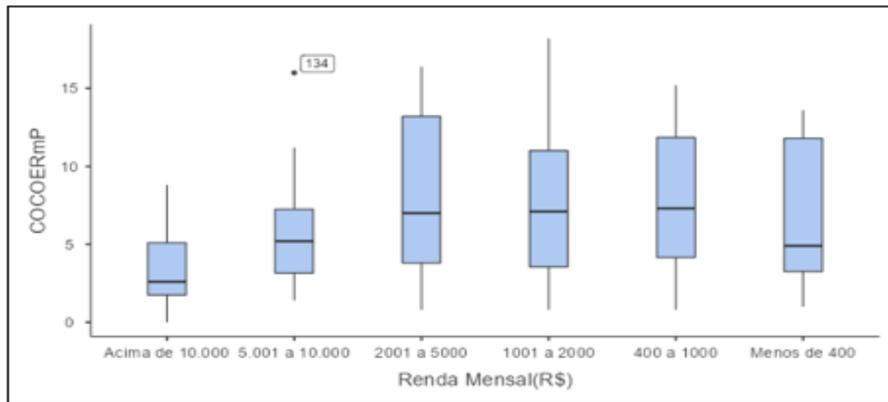
Gráfico 9 – Grau de exercício de controle coercitivo conforme a renda



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

No gráfico 10, proveniente do teste *One-Way* ANOVA (*Kruskal-Wallis*), expõem-se os resultados relativos ao grau de submissão a controle coercitivo conforme a renda. Ao contrário do grau de exercício do controle coercitivo, há uma certa variância a respeito da renda ($p = 0.022$). Os participantes com renda acima de R\$ 10.000,00 tendem a não se submeter a controle coercitivo²⁰⁶.

Gráfico 10 – Grau de submissão a controle coercitivo conforme a renda



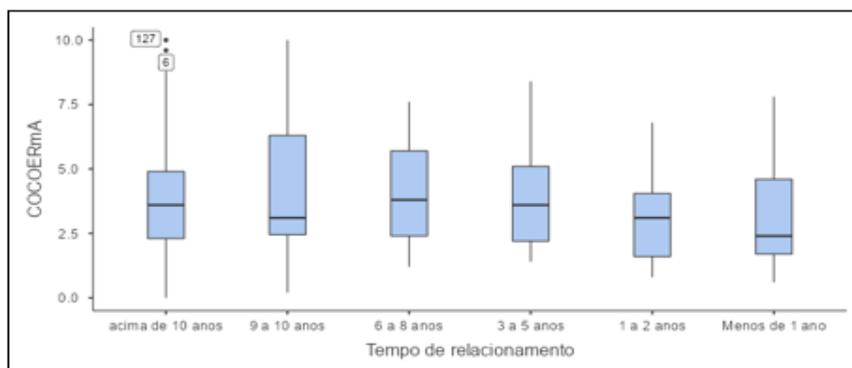
Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Realizou-se um recorte dos dados, por intermédio da análise descritiva, a fim de proceder o exame entre a renda e o gênero. Os resultados apontaram que os participantes que ganham renda acima de R\$ 10.000,00 são, em grande maioria, homens, logo, menos provável que se submetam a algum grau de controle coercitivo.

Quanto ao tempo de relacionamento, no gráfico 11, elaborado com o uso do teste estatístico *One-Way* ANOVA (*Kruskal-Wallis*), não há variação representativa entre o grau de exercício do controle coercitivo e a duração do relacionamento íntimo ($p = 0.489$).

²⁰⁶ A maior significância foi encontrada após realizada a comparação entre participantes com de renda acima de R\$ 10.000,00 e participantes com renda entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 ($p = 0.044$); e participantes com renda acima de R\$ 10.000,00 e participantes com renda entre R\$ 400,00 a R\$ 1000,00 ($p = 0.023$).

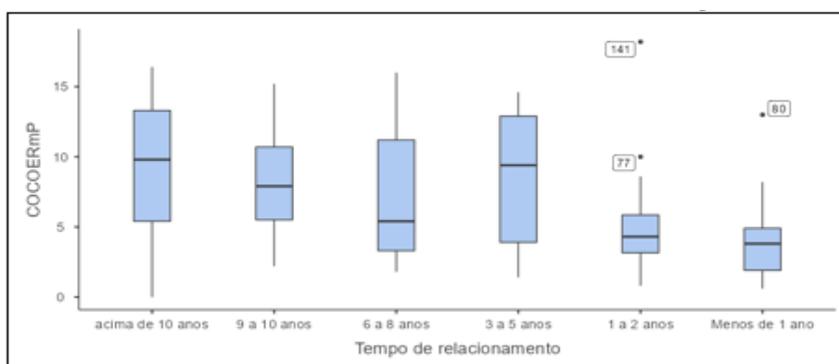
Gráfico 11 – Grau de exercício do controle coercitivo conforme tempo de relacionamento



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Em contrapartida, no gráfico 12, consolidam-se os dados alusivos ao grau de submissão a controle coercitivo em relação ao tempo de relacionamento, os quais resultaram do teste estatístico *One-Way* ANOVA (*Kruskal-Wallis*), que apontou a presença de significância entre o tempo de relacionamento e a submissão a controle coercitivo ($p < .001$). Identificou-se maior significância ao se compararem participantes com tempo de relacionamento acima de 10 anos com participantes com tempo de relacionamento entre 1 a 2 anos ($p = 0.004$); e participantes com tempo de relacionamento acima de 10 anos com participantes com tempo de relacionamento inferior a 1 ano ($p < .001$), o que permite concluir que, em relacionamentos com menos de 1 ano e entre 1 a 2 anos de duração, seja pouco provável que os indivíduos se sujeitem a controle coercitivo²⁰⁷.

Gráfico 12 – Grau de submissão a controle coercitivo conforme o tempo de relacionamento



Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Embora tenham sido realizados testes *One-Way* ANOVA (*Kruskal-Wallis*) quanto às táticas de controle coercitivo (indivíduos controladores e indivíduos submetidos a controle) e sua variação conforme a escolaridade, não foram obtidos dados suficientes que permitam uma justificativa teórica, porquanto ausente ou reduzida a significância. Em relação ao exercício do controle coercitivo e sua variação quanto à escolaridade, obteve-se o valor de $p = 0.108$, o que confirma a inexistência de significância. Por sua vez, quanto à submissão a controle coercitivo e sua variação quanto à escolaridade, obteve-se o valor de $p = 0.045$, o que indica uma reduzida significância.

Contudo, a análise descritiva dos dados fornece elementos necessários para identificar o grau de escolaridade entre os grupos da pesquisa que integram a amostra. No grupo de estudantes de graduação, há participantes com nível superior; no grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência conjugal, predomina o nível médio; no grupo reflexivo, igualmente, grande parte dos participantes possuem nível médio; e, no grupo voluntário, há uma predominância de participantes com nível superior e nível médio.

²⁰⁷ Também notou-se significância após comparação de participantes com tempo de relacionamento de 3 a 5 anos com participantes com tempo de relacionamento inferior a 1 ano ($p = 0.036$).

Embora tenham sido realizado testes *One-Way* ANOVA (*Kruskal-Wallis*) quanto às táticas de controle coercitivo (indivíduos controladores e indivíduos submetidos a controle) e sua variação conforme a raça, também não foram obtidos dados suficientes que permitam uma justificativa teórica, já que não foi identificada significância. Entretanto, a análise descritiva dos dados possibilita apontar que, nos grupos de estudantes de graduação, a maior parte dos participantes se autodeclarou branca; nos grupos de mulheres abrigadas ou vítimas de violência, observou-se uma variedade entre brancas, pardas e pretas, apesar de o número de mulheres autodeclaradas pardas ser maior; nos grupos reflexivos, a maioria dos participantes se autodeclarou branca e parda; e, nos grupos voluntários, um número considerável de participantes se declarou branco.

Utilizou-se, ainda, a correlação de *Spearman*, a fim de averiguar a existência de significância entre as táticas de controle. Quanto ao exercício do controle coercitivo, concluiu-se pela existência de significância entre as táticas de intimidação e ameaça ($p < .001$), abuso emocional e ameaça ($p < .001$), e abuso emocional e intimidação ($p < .001$)²⁰⁸.

Por sua vez, em relação à submissão a controle coercitivo, observa-se a presença de significância entre as táticas de intimidação e ameaça ($p < .001$), abuso emocional e ameaça ($p < .001$), abuso emocional e intimidação ($p < .001$), e isolamento e intimidação ($p < .001$)²⁰⁹.

6.2 Discussão

Os resultados obtidos por intermédio da coleta de dados, conforme detalhado no tópico anterior, oferecem subsídios para responder às perguntas de pesquisas descritas previamente no presente capítulo:

(i) O controle coercitivo é um componente significativo nos relacionamentos conjugais heterossexuais em que ocorre violência conjugal grave?

O controle coercitivo pode ser considerado como um componente relevante nos relacionamentos heterossexuais brasileiros, independentemente da gravidade da violência conjugal. Para chegar a essa conclusão, presumiu-se algum tipo de violência nos relacionamentos íntimos que foram avaliados pelos próprios participantes, já que, conforme os resultados obtidos, todos os participantes declararam controlar (*Cluster* Controladores) ou se sujeitar (*Cluster* Submetidos a controle coercitivo) a determinado grau de controle (alto ou baixo), o que não deixa de ser um tipo de violência conjugal, e vai ao encontro dos estudos de Johnson²¹⁰ e de Graham-Kevan & Archer²¹¹, os quais verificaram que a violência conjugal pode ocorrer em contexto de alto e de baixo controle coercitivo.

(ii) Existe diferença entre o grau de controle coercitivo entre mulheres que sofreram violência e homens que praticaram violência e os que (presumidamente) não sofreram tal violência (representados, na pesquisa, pelos estudantes e, em menor grau, pelos grupos reflexivos)?

Há considerável variação entre os participantes veiculados. Isso porque o uso do controle coercitivo se revela em maior escala entre as mulheres que sofreram violência e os homens que praticaram violência, o que não se identifica nas amostras em que os participantes presumidamente não sofreram a mesma violência, já que tanto o grupo de estudantes como o grupo reflexivo declararam não ter se submetido a alto grau de controle coercitivo, embora tenham se identificado como indivíduos controladores, ainda que em menor escala que os demais grupos (mulheres abrigadas e vítimas de violência e grupos voluntários), o que corro-

²⁰⁸ Embora moderada, a correlação entre as táticas de controle coercitivo avaliadas é considerada diretamente proporcional, o que permite afirmar que, quando uma tática aumenta, a outra também tende a aumentar.

²⁰⁹ Na submissão a controle coercitivo, as táticas apresentam correlação forte, sendo diretamente proporcional, de modo que, quando uma tática aumenta, a outra também tende a aumentar.

²¹⁰ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.

²¹¹ GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

bora entendimento dos sociólogos da família no sentido de que a violência conjugal pode ser um recurso utilizado por mulheres e por homens, sendo um problema desvinculado do gênero²¹².

(iii) O grau de controle coercitivo varia conforme o gênero, a renda, a escolaridade, a raça e o tempo de relacionamento?

A análise dos dados demonstra que, em relação ao gênero, ambos (feminino e masculino) se autodeclararam como sujeitos controladores, com pouca variação em relação ao grau de exercício do controle coercitivo, o que sugere certa simetria, e fomenta a discussão à luz da sociologia da família. Por sua vez, quanto à submissão a controle coercitivo, as mulheres são as participantes que mais tendem a se sujeitar a alto grau dessa modalidade de controle, havendo alguma assimetria, e, por conseguinte, o acolhimento da teoria feminista. Em relação à renda, os resultados obtidos indicaram que não há uma relação significativa entre a renda dos participantes e o grau de exercício de controle coercitivo. No entanto, esse achado difere dos resultados observados quanto ao grau de submissão ao controle coercitivo, nos quais foi identificada uma variação, especialmente entre os participantes com renda superior a R\$ 10.000,00, que tendem a não se submeter a elevados níveis de controle coercitivo. Feito o recorte dos dados em razão da renda e do gênero, verificou-se que os participantes que ganham renda acima de R\$ 10.000,00 são, em grande maioria homens, ou seja, menos provável que figurem como sujeitos passivos de controle coercitivo. A respeito da escolaridade e da raça, não se identificou significância entre as táticas de controle coercitivo e as referidas variáveis. A respeito do tempo de relacionamento, embora não tenha havido variação representativa entre o grau de exercício do controle coercitivo e a duração do relacionamento íntimo, a mesma conclusão não foi verificada quanto ao grau de submissão a controle coercitivo, pois os dados demonstraram que, nos relacionamentos com menos de 1 ano e entre 1 e 2 anos de duração, é pouco provável que haja a incidência de alto grau de sujeição a controle coercitivo. Os resultados encontrados na pesquisa corroboram a afirmação de Johnson²¹³ de que os tipos de violência podem se diferenciar no que toca às causas, à natureza da violência em si, no desenvolvimento da violência no transcorrer do relacionamento íntimo, nas consequências e no tipo de intervenção oportuna.

Em arremate às discussões, notadamente quanto às hipóteses propostas, e ainda com base na teoria de Johnson²¹⁴, e à luz da realidade brasileira, ao se comparar o grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência submetidas a alto grau de controle coercitivo com os grupos de “controle” — estudantes e voluntários —, confirma-se a hipótese de que o GMAVV é o grupo que se sujeita com maior intensidade a controle coercitivo. Sobre o tema, retomam-se as lições de Johnson no que diz respeito à verossimilhança da perspectiva feminista, à assimetria de gênero na violência conjugal e ao fato de que os resultados podem ser influenciados pela amostra selecionada.

Os dados da pesquisa permitem igualmente confirmar a hipótese de que os homens que praticaram violência em detrimento de suas atuais ou pretéritas parceiras exerceram alto grau de controle coercitivo, o que reforça a ideia de que o controle coercitivo pode ser um elemento significativo para o entendimento da violência em relacionamentos íntimos. Quanto à realidade brasileira, embora os tipos de violência conjugal apresentados por Johnson²¹⁵ se diferenciem daqueles que estão inseridos na chamada Lei Maria da Penha, um exame mais conceitual nos permite a conclusão de que a violência psicológica e o controle coercitivo

²¹² ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004. CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

²¹³ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

²¹⁴ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

²¹⁵ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

se familiarizam, já que a violência psicológica disciplinada pela Lei n.º 11.340/2006 traz elementos que serviram para se avaliar o controle coercitivo dos participantes, tais como ameaça, isolamento, além de prever condutas que busquem controlar as ações da mulher, validando o entendimento de que, quando há a conjugação da coação e do controle em um mesmo contexto, haverá o que Stark & Hester²¹⁶ e Dutton & Goodman²¹⁷ intitulam como “condição de não liberdade”, materializado o controle coercitivo.

Por sua vez, embora se tenha suscitado a hipótese de que os homens, em geral, são mais propensos a exercer controle coercitivo do que as mulheres, os dados refletiram o oposto, pois o grupo de mulheres abrigadas ou vítimas de violência apresentou grau de exercício do controle coercitivo superior ao grupo reflexivo (integrado exclusivamente por homens), com certa variação. Nesse ponto, destaca-se o fato de que não se busca desvalorizar a violência conjugal sofrida pelas mulheres, fenômeno que deve ser estudado e prevenido pelo Estado e pela sociedade em geral, incluindo os envolvidos na violência, tal como afirmado por Souza *et al.* em sua pesquisa²¹⁸, seja com políticas públicas de prevenção ou precaução, e, mesmo punitivas; ou, ainda, responsabilizá-las; a questão que se coloca é que tal resultado não pode ser desconsiderado, considerando-se, apenas, um único pressuposto teórico. Além disso, há estudos acadêmicos que apontam que a masculinidade e a feminilidade enxergam a violência de maneira diversa, e a violência não varia apenas em relação à simetria de gênero, mas, de igual forma, na frequência de incidentes por casal, escala, gravidade das lesões e mutualidade²¹⁹. A título de exemplo, com base em Johnson²²⁰, o alto grau de exercício de controle coercitivo por parte das mulheres poderia ser examinado a partir da conceituação de resistência violenta trabalhada pelo autor, já que as mulheres abrigadas ou vítimas de violência praticaram alto grau de controle coercitivo e se submeteram a um alto grau de controle coercitivo, e o primeiro poderia ser uma resposta ao segundo, pois Kelly & Johnson²²¹ entendem que muitas mulheres respondem à agressão praticada pelo parceiro íntimo com a própria violência, tema que não é objeto deste artigo, mas poderá fundamentar estudos futuros.

7 Considerações finais

O controle coercitivo é uma história, ele acontece ao longo do tempo, e pode ser um elemento importante no entendimento do fenômeno da violência conjugal, tema laborioso, que requer do pesquisador um exame amplificado, atento e conjugado, o qual supera meios de medição, crenças, culturas²²².

A *Controlling Behaviors Scale* (CBS), adaptada ao contexto brasileiro, A *Controlling Behaviors Scale* (CBS), adaptada ao contexto brasileiro, embora com as limitações apontadas por Conceição *et al.*²²³ e por Razera

²¹⁶ STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.

²¹⁷ DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

²¹⁸ SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.

²¹⁹ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014. LIRA, Luciana Ramos; MENDEZ, Maria Teresa Saltijeral. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, v. 31, n. 6, p. 469-478, 2008.

²²⁰ JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.

²²¹ KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.

²²² RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF, Bragança Paulista*, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²²³ CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no

et al.²²⁴, mostrou-se um instrumento eficaz para a avaliação das táticas de controle desenvolvidas por Johnson²²⁵. Esse achado corrobora as conclusões de Casimiro²²⁶, que destaca que as agressões cometidas por mulheres em detrimento de homens, embora em menor escala, se configuram como uma questão social relevante. Essa perspectiva possibilita uma comparação, tanto quanto à natureza quanto à gravidade, com as agressões de homens praticadas em desfavor de mulheres. A sociologia da família aponta que a própria existência de simetria não significa que os tipos, as formas de violência exercidas, a frequências e os objetivos sejam similares²²⁷.

É pertinente a proposta de Johnson²²⁸ de conciliar as descobertas feministas e dos sociólogos da família, especialmente quando afirma que a violência conjugal não é um fenômeno unidirecional, já que, segundo a perspectiva feminista, há o emprego da violência pelas mulheres em relacionamentos íntimos como forma de resistência ou proteção²²⁹, o que vai ao encontro do conceito de resistência violenta trazido por Johnson²³⁰. Ambas as perspectivas trazem elementos que são considerados verossímeis.

Assim como nos estudos de Johnson²³¹, os resultados obtidos com a presente pesquisa apontaram que as mulheres são mais propensas a se submeterem a alto grau de controle coercitivo por parte de seus parceiros íntimos. Um dado novo e importante que não pode ser preterido é o autorreconhecimento dos participantes enquanto parceiros(as) controladores(as), independentemente do gênero e dos grupos que integravam. Destaca-se, mais uma vez, que a proposta não é desmerecer ou minimizar a violência conjugal sofrida por mulheres, tampouco culpabilizá-las — termo oriundo do direito penal — pela violência a que são submetidas. Ao contrário, ressalta-se a necessidade de que esse dado seja considerado, especialmente no contexto das

Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

²²⁴ RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.

²²⁵ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²²⁶ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

²²⁷ CONCEIÇÃO, Thays Berger et al. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. COSTA, Lacilaura Bomtempo Lamounier; TILIO, Rafael de. Representações sociais de família para não feministas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 3, p. 790-812, 2020.

²²⁸ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²²⁹ CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008. CONCEIÇÃO, Thays Berger et al. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

²³⁰ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²³¹ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

políticas sociais. O fato de os participantes terem se autorreconhecido como parceiros(as) controladores(as) aponta para a existência de um grave problema de relacionamento íntimo, de estrutura familiar e, possivelmente, de ordem cultural, o qual não pode ser explicado, exclusivamente, pela questão de gênero, ainda que a violência conjugal seja majoritariamente praticada por homens²³². A bidirecionalidade é um tema que tende a ser significativo, mesmo quando a violência é utilizada por mulheres como forma de resistência ou proteção²³³. É preciso, tal como defende Conceição et al.²³⁴, transcender a perspectiva de vítima e agressor, sem desconsiderar, entretanto, que as mulheres ainda são submetidas a níveis maiores de violência conjugal.

Não se pode desconsiderar, todavia, que os resultados da pesquisa possam ter sofrido limitações, já que a amostra, embora tenha cumprido o requisito mínimo de 30 participantes em cada grupo, não é uma amostra grande. Apesar de o tema ser importante e de existirem profissionais que militam na causa, a aplicação do questionário foi tarefa árdua, que somente se tornou realizável em razão do apoio incondicional de pessoas parceiras e engajadas com o tema. A dificuldade encontrada chama atenção para a necessidade de conscientização da sociedade em geral e dos agentes estatais quanto à importância das pesquisas acadêmicas, notadamente para a elaboração e para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Outra limitação importante para o estudo refere-se à presunção da ocorrência de algum tipo de violência conjugal nos relacionamentos avaliados pelos participantes, porque optou-se por aplicar o questionário em sua versão simplificada, que não dispunha de questões que aferiam diretamente o grau de violência, o tipo de violência e a sua escalada, já que mais complexo e mais sensível, o que não impede sua utilização em futuras pesquisas.

Apesar dos cuidados adotados para evitar influências externas nas respostas, muitas foram obtidas por intermédio da ajuda de outros(as) profissionais distintos da pesquisadora, especialmente nas casas abrigos, nos grupos reflexivos e nos grupos voluntários composto por homens, em razão da sensibilidade do tema, da confiança dos participantes nos(as) referidos(as) profissionais, e a fim de evitar a revitimização, principalmente das mulheres, o que não afasta, completamente, a influência do ambiente ou de outras pessoas pertencentes às instituições e às entidades parceiras — tais como a escolta policial que se fez presente nas reuniões do grupo reflexivo integrado pelos homens detidos no Centro de Internamento Reeducar – CIR (popularmente conhecido como Complexo Regional da Papuda – Distrito Federal); as(os) psicólogas(os) e as(os) facilitadoras(es) responsáveis pela condução dos grupos reflexivos, dos grupos voluntários e das casas abrigos; e os próprios participantes dos grupos, quando em ambiente coletivo.

De outro lado, inobstante as limitações e eventuais influências externas no processo de obtenção de respostas, a abordagem de Johnson²³⁵ se mostrou promissora, apesar de algumas das hipóteses não terem sido confirmadas, e pode subsidiar outros estudos acadêmicos, os quais poderão abordar, dentre outros temas, os meios de aferição do grau de violência conjugal; o controle coercitivo em relacionamentos homoafetivos brasileiros; a violência psicológica prevista na Lei Maria da Penha e o controle coercitivo estudado por John-

²³² JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008. JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014. ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003. ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

²³³ CONCEIÇÃO, Thays Berger et al. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

²³⁴ CONCEIÇÃO, Thays Berger et al. Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

²³⁵ JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999. JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005. JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006. JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

son²³⁶; o homicídio praticado pela mulher em face do parceiro violento e o conceito de resistência violenta, elaborado por Johnson²³⁷; táticas de controle coercitivo e sua inserção no formulário nacional de avaliação de risco etc.

Referências

1º WEBNÁRIO Nacional das Polícias Militares em Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. *PMDF*, Brasília, 03 mar. 2021. Disponível em: <http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/30911-pmdf-participa-de-webinario-destinado-a-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia>. Acesso em: 2 jan. 2023.

ADICHIE, C. Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Tradução Cristina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ANACLETO, Adriana Jaqueline *et al.* Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 800-808, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/xxbrDsmfb-n3PyDKnz3Tqg9D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. *Classifying partner violent men and women: victim and perpetrator reports*. Project Coercive Control, jan. 2005.

ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Do beliefs about aggression predict physical aggression to partners? *Aggressive Behavior*, v. 29, p. 41-54, jan. 2003.

ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Physical aggression and control in heterosexual relationships: the effect of sampling. *Violence and Victims*, v. 18, n. 2, maio 2003.

ARCHER, John; GRAHAM-KEVAN, Nicola. Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, v. 8, n. 4, p. 291-322, 2004.

ÁVILA, Thiago Pierobom de; MEDEIROS, Marcela Novais; CHAGAS, Cátia Betânia; VIEIRA, Elaine Novaes; MAGALHÃES, Thais Quezado Soares; PASSETO, Andrea Simoni de Zappa. Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 383-415, 2020. Disponível em: <https://www.uhumanas.uniceub.br/RBPP/article/view/6800/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

BARROS, Francisco Dirceu. Severina: assassina ou santa?: o sertão que não tem cordel encantado. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 19, n. 4108, set. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31934/severina-assassina-ou-santa>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BJORNHOLT, Margunn. Domestic violence and abuse through a feminist lens. *In: DEVANEY, John (ed.). et al. The routledge internacional handbook of domestic violence and abuse*. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2021.

BLAY, Eva Alterman. Feminicídios, estupros: em busca da justiça social. *Jornal da USP*, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=507720>. Acesso em: 29 abr. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

²³⁶ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

²³⁷ JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19099.htm. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022. *Gov.br*, 8 ago. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contra-as-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. *Pesquisa DataSenado: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Brasília: Senado, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BUENO, Samira (coord.). *Violência contra mulheres em 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASIMIRO, Cláudia. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, v. 43, n. 188, p. 579-601, 2008.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). *et al. Atlas da violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2022.

CONCEIÇÃO, Thays Berger *et al.* Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 11, p. 3597-3607, 2018.

COSTA, Lacilaura Bomtempo Lamounier; TILIO, Rafael de. Representações sociais de família para não feministas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 3, p. 790-812, 2020.

DEEKE, Leila Platt *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, v. 18, n. 12, p. 248-258, 2009.

DUTTON, Mary Ann; GOODMAN, Lisa A. Coercion in intimate partner violence: toward a new conceptualization. *Sex Roles*, v. 52, n. 11/12, p. 743-757, jun. 2005.

E AGORA, José? Pelo fim da violência contra a mulher. Disponível em: <https://eagorajosepelofimdaviolenciacontramulher.wordpress.com/inicio/>. Acesso em: 2 jan. 2023.

FIEBERT, Martin S. References Examining assaults by women on their spouses or male partners: an updated annotated bibliography. *Sexuality & Culture*, v. 18, n. 2, p. 405-467, 2014.

GRAHAM-KEVAN, Nicola; ARCHER, John. Intimate terrorism and common couple violence: a test of johnson's predictions in four british samples. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 18, n. 11, p. 1247-1270, 2003.

GRUPOS on-line de acolhimento para mulheres vítimas de violência. *TJRS*. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/novo/violencia-domestica/acoes-institucionais/grupo-on-line-de-acolhimento-para-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 2 jan. 2023.

GRUPOS reflexivos de autores em situação de violência doméstica. *PJERJ*. Disponível em: <http://portal-tj.tjrj.jus.br/web/guest/grupo-reflexivo-de-autores-em-situacao-de-violencia-domestica>. Acesso em: 2 jan. 2023.

- HARDESTY, Jennifer *et al.* Toward a standard approach to operationalizing coercive control and classifying violence types. *Journal of Marriage and Family*, n. 77, p. 833-843, ago. 2015.
- HASSELMANN, Maria Helena; REICHENHEIM, Michael E. Adaptação Transcultural da versão em português da Conflict Tactics Scales Form R (CTS-1), usada para aferir violência no casal: equivalências semântica e de mensuração. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1083-1093, jul./ago. 2003.
- JOHNSON, M. P.; LEONE, J. M.; XU, Y. Intimate terrorism and situational couple violence in general surveys ex-spouses required. *Violence Against Women*, v. 20, n. 2, p. 186-207, 2014.
- JOHNSON, Michael P. *A typology of domestic violence: intimate terrorism, violent resistance and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press, 2008.
- JOHNSON, Michael P. Conflict and control gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, v. 12, n. 11, p. 1003-1018, nov. 2006.
- JOHNSON, Michael P. *Two types of violence against women in the american family: identifying patriarchal terrorism and common couple violence*. National Council on Family Relations, Irvine, CA, November 1999.
- JOHNSON, Michael P.; LEONE, Janel M. The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: findings from the national violence against women survey. *Journal of Family Issues*, v. 26, n. 3, p. 322-349, abr. 2005.
- KELLY, Joan B.; JOHNSON, Michael P. Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, v. 46, n. 3, p. 476-499, jul. 2008.
- LIRA, Luciana Ramos; MÉNDEZ, Maria Teresa Saltijeral. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, v. 31, n. 6, p. 469-478, 2008.
- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito processual penal*. 19. ed. Saraiva: 2022.
- MACHADO, Dinair Ferreira *et al.* Interseções entre a socialização de gênero e violência contra a mulher por parceiro íntimo. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 26, p. 5003-5012, 2021. Supl. 3.
- PENCE, Ellen; PAYMAR, Michael. *Education groups for men who batter: the duluth model*. New York: Springer, 1993.
- RAZERA, Josiane; GASPODINI, Icaro Bonamigo; FALCKE, Denise. Violência em parceiros íntimos e as / simetria de gênero: revisão integrativa da literatura. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 22, n. 3, p. 401-412, set./dez. 2017.
- SILVA, Jacilene Maria. *Feminismo e identidade de gênero: considerações com base no pensamento de Judith Butler*. Recife: Independently Publisher, 2018.
- SOUZA, Luanna Tomaz; LOPES, Anna Beatriz Alves; SILVA, Andrey Ferreira. O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 377-395, 2018. Disponível em: <https://www.rdi.uniceub.br/RBPP/article/view/5047>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- STARK, Evan; HESTER, Marianne. Coercive control: update and review. *Violence Against Women*, v. 25, p. 81-104, 2019.
- STEINMETZ, Suzanne K. The battered husband syndrome. *Victimology: An International Journal*, v. 2, n. 3-4, p. 499-509, 1978.
- STRAUS, Murray A. Measuring intrafamily conflict and violence: the Conflict Tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and Family*, v. 41, n. 1, p. 75-88, Feb. 1979.

TÁVORA, Mariana Fernandes; COSTA, Dália; GOMES, Camilla de Magalhães; BEIRAS, Adriano. Análise de gênero e de cruzamentos interseccionais de um programa para autores de violência doméstica contra as mulheres. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 440-466, 2020. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/6802/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

TEIXEIRA, Sylvana Lima. *Maria da Penha ao inverso: uma aplicação da mediação penal na gestão de conflitos decorrentes da violência doméstica psicológica contra o homem dentro de um contexto intrafamiliar*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

Para publicar na Revista de Direito Internacional, acesse o endereço eletrônico
www.rdi.uniceub.br ou www.brazilianjournal.org.
Observe as normas de publicação, para facilitar e agilizar o trabalho de edição.